

**Icatu Seguros S.A. e Controladas**  
**CNPJ: 42.283.770/0001-39**

**Demonstrações financeiras em**  
**31 de dezembro de 2013 e de 2012**

## **Conteúdo**

Relatório da administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	5
Balancos patrimoniais	7
Demonstrações de resultados	9
Demonstrações de resultados abrangentes	10
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstrações dos fluxos de caixa	12
Notas explicativas às demonstrações contábeis	13
Resumo do relatório do comitê de auditoria	61

**ICATU SEGUROS S.A. E CONTROLADAS**  
**CNPJ: 42.283.770/0001-39**

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentamos aos nossos acionistas o Relatório de Administração, as Demonstrações Financeiras Consolidadas e o Parecer dos Auditores Independentes da Icatu Seguros S.A. e controladas, relativos aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012.

O patrimônio líquido da companhia atingiu R\$ 632,6 milhões ao final do exercício de 2013, líquidos da distribuição de R\$ 150 milhões de dividendos no período.

A soma dos resultados das operações de Seguros, Previdência Complementar, Resseguros e Capitalização alcançou R\$ 320,7 milhões, o que representa um crescimento de 12,1% em relação ao ano anterior.

Os indicadores operacionais de seguros apresentaram melhoras significativas. O índice combinado apresentou melhora de 4 pontos percentuais, saindo de 81% em 2012 para 77% em 2013 e o índice de sinistralidade apresentou uma queda de 7 pontos percentuais, saindo de 56% para 49% no mesmo período, dada a composição atual da carteira.

As reservas técnicas de seguros, previdência complementar e capitalização somaram R\$ 9,1 bilhões em 2013, 15,2% superiores ao mesmo período do ano anterior.

O somatório do Faturamento (\*) e Portabilidades de Entrada da Icatu Seguros S.A. foi de R\$ 3,7 bilhões, 12,1% maior quando comparado ao ano anterior. A captação líquida de previdência da Icatu Seguros S.A. cresceu 29%, enquanto o mercado apresentou uma retração em relação a 2012.

As despesas administrativas se mantiveram sob controle, apresentando queda em termos reais.

O resultado financeiro foi inferior ao do exercício anterior, impactado principalmente pelo resultado de suas subsidiárias.

A Icatu Seguros S.A. apresentou lucro líquido de R\$ 101,8 milhões no exercício de 2013, comparado a R\$ 165,0 milhões em 2012.

As reservas da Sociedade e suas controladas são administradas de acordo com as melhores práticas de gestão de Ativos, Passivos e de Risco, garantindo a capacidade financeira de honrar todos os seus compromissos, de acordo com os preceitos da Circular SUSEP nº 464/2013 inclusive mantendo os títulos e valores mobiliários da categoria "mantidos até o vencimento".

A Icatu Seguros S.A. e suas controladas mantém sólida posição financeira, inclusive com ativos livres e excesso de capital regulatório.

A Icatu Seguros S.A. e suas controladas aproveitam a oportunidade para agradecer especialmente à sua equipe de funcionários e a seus parceiros e corretores pela conquista desses resultados, aos clientes pela preferência e confiança, e à SUSEP e aos acionistas por todo apoio recebido.

Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 2014.  
A Administração.

*\* Faturamento = prêmios emitidos líquidos + contribuições para cobertura de risco + receita com resseguro + rendas de contribuições e prêmios + rendas com taxas de gestão e outras taxa + arrecadação com títulos de capitalização.*



**KPMG Auditores Independentes**  
Av. Almirante Barroso, 52 - 4º  
20031-000 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil  
Caixa Postal 2888  
20001-970 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil

Central Tel 55 (21) 3515-9400  
Fax 55 (21) 3515-9000  
Internet www.kpmg.com.br

## **Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras**

Aos  
Administradores e Acionistas da  
Icatu Seguros S.A.  
Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas da Icatu Seguros S.A. e suas controladas (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras**

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



### **Opinião**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Icatu Seguros S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2013, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB.

Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 2014

KPMG Auditores Independentes  
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Carlos Eduardo Munhoz  
Contador CRC 1SP138600/O-7

**BALANÇOS PATRIMONIAIS CONSOLIDADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012**  
(Em milhares de reais)

		<u>2013</u>	<u>2012</u>
<b>ATIVO</b>			
<b>CIRCULANTE</b>		<b>9.511.379</b>	<b>8.506.828</b>
<b>DISPONÍVEL</b>		<b>36.009</b>	<b>22.649</b>
<b>APLICAÇÕES</b>	<b>Nota 5.1</b>	<b>9.180.566</b>	<b>8.243.539</b>
<b>CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS</b>		<b>155.641</b>	<b>169.342</b>
Prêmios a Receber	<b>Nota 7</b>	74.995	95.252
Operações com Seguradoras		1.000	2.005
Operações com Resseguradoras		7.294	4.478
Outros Créditos Operacionais		72.352	67.607
<b>CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES COM PREVIDENCIA COMPLEMENTAR</b>		<b>472</b>	<b>633</b>
<b>CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES DE CAPITALIZAÇÃO</b>		<b>12.337</b>	<b>3.838</b>
<b>ATIVOS DE RESSEGURO - PROVISÕES TÉCNICAS</b>		<b>8.316</b>	<b>4.518</b>
<b>TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER</b>		<b>44.763</b>	<b>34.675</b>
Títulos e Créditos a Receber		29.724	25.929
Créditos Tributários e Previdenciários	<b>Nota 8</b>	13.685	7.086
Outros Créditos		1.354	1.660
<b>BENS À VENDA</b>	<b>Nota 25.1</b>	<b>38.869</b>	<b>-</b>
<b>DESPESAS ANTECIPADAS</b>		<b>229</b>	<b>2.533</b>
<b>CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS</b>		<b>34.177</b>	<b>25.101</b>
Seguros	<b>Nota 13</b>	31.329	22.536
Previdência	<b>Nota 14</b>	2.848	2.565
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>569.994</b>	<b>681.657</b>
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>		<b>422.206</b>	<b>454.089</b>
<b>APLICAÇÕES</b>	<b>Nota 5.1</b>	<b>144.914</b>	<b>207.843</b>
<b>CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS</b>		<b>500</b>	<b>1.580</b>
Operações com Seguradoras		37	37
Operações com Resseguradoras		463	1.543
<b>TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER</b>		<b>225.686</b>	<b>212.267</b>
Créditos Tributários e Previdenciários	<b>Nota 8</b>	68.059	75.711
Depósitos Judiciais e Fiscais	<b>Nota 17.3</b>	157.622	136.556
Outros créditos a receber		5	-
<b>CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS</b>		<b>51.106</b>	<b>32.399</b>
Seguros	<b>Nota 13</b>	35.129	17.407
Previdência	<b>Nota 14</b>	15.977	14.992
<b>INVESTIMENTOS</b>	<b>Nota 9</b>	<b>104.731</b>	<b>185.672</b>
<b>IMOBILIZADO</b>	<b>Nota 10</b>	<b>11.547</b>	<b>11.459</b>
<b>INTANGÍVEL</b>	<b>Nota 11</b>	<b>31.510</b>	<b>30.437</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>10.081.373</b>	<b>9.188.485</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

**BALANÇOS PATRIMONIAIS CONSOLIDADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012**

(Em milhares de reais)

	<b>2013</b>	<b>2012</b> <b>Reclassificado</b>
<b>PASSIVO</b>		
<b>CIRCULANTE</b>	<b>2.374.242</b>	<b>2.480.228</b>
<b>CONTAS A PAGAR</b>	<b>144.992</b>	<b>148.789</b>
Obrigações a Pagar	117.609	119.679
Impostos e Encargos Sociais a Recolher	7.099	4.029
Encargos Trabalhistas	8.770	8.284
Impostos e Contribuições	2.885	8.001
Outras Contas a Pagar	8.629	8.796
<b>DÉBITOS DE OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS</b>	<b>46.439</b>	<b>83.930</b>
Prêmios a Restituir	741	1.811
Operações com Seguradoras	5.532	1.709
Operações com Resseguradoras	3.695	3.902
Corretores de Seguros e Resseguros	35.843	30.020
Outros Débitos Operacionais	628	46.488
<b>DÉBITOS DE OPERAÇÕES COM PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR</b>	<b>1.507</b>	<b>1.498</b>
Débitos de Resseguros	64	71
Outros Débitos Operacionais	1.443	1.427
<b>DÉBITOS DE OPERAÇÕES COM CAPITALIZAÇÃO</b>	<b>11.895</b>	<b>9.476</b>
<b>DEPÓSITOS DE TERCEIROS</b>	<b>26.491</b>	<b>17.666</b>
Nota 12	26.491	17.666
<b>PROVISÕES TÉCNICAS - SEGUROS</b>	<b>584.644</b>	<b>546.608</b>
Nota 13	584.644	546.608
<b>PROVISÕES TÉCNICAS - PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR</b>	<b>46.815</b>	<b>40.125</b>
Nota 14	46.815	40.125
<b>PROVISÕES TÉCNICAS - CAPITALIZAÇÃO</b>	<b>1.511.459</b>	<b>1.632.136</b>
Nota 15	1.511.459	1.632.136
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>7.074.564</b>	<b>5.868.711</b>
<b>CONTAS A PAGAR</b>	<b>144.433</b>	<b>126.319</b>
Nota 17.2	144.433	126.319
<b>IMPOSTOS DIFERIDOS</b>	<b>-</b>	<b>61.091</b>
<b>PROVISÕES TÉCNICAS - SEGUROS</b>	<b>3.230.305</b>	<b>2.354.014</b>
Nota 13	3.230.305	2.354.014
<b>PROVISÕES TÉCNICAS - PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR</b>	<b>3.682.211</b>	<b>3.309.896</b>
Nota 14	3.682.211	3.309.896
<b>OUTROS DÉBITOS</b>	<b>17.615</b>	<b>17.391</b>
Nota 17.1	17.615	17.391
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>632.567</b>	<b>839.546</b>
Nota 18	632.567	839.546
Capital Social	300.398	300.398
Aumento de Capital em Aprovação	44.602	-
Reservas de Capital	35.577	35.577
Reservas de Lucros	297.815	390.662
Ajuste de Avaliação Patrimonial	(45.825)	112.909
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>10.081.373</b>	<b>9.188.485</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.



**DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012**

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido do exercício por ação)

	2013	2012 (Reclassificado)
<b>RESULTADO COM OPERAÇÕES DE SEGUROS</b>	<b>200.052</b>	<b>211.170</b>
Prêmios Emitidos	948.765	1.123.079
Contribuições para Cobertura de Riscos	3.404	3.668
Variação das Provisões Técnicas	(75.003)	(21.213)
<b>Prêmios Ganhos</b>	<b>877.166</b>	<b>1.105.534</b>
<b>Sinistros Ocorridos</b>	<b>(425.958)</b>	<b>(619.231)</b>
<b>Custos de Aquisição</b>	<b>(165.250)</b>	<b>(181.174)</b>
<b>Outras Receitas (Despesas) Operacionais</b>	<b>(85.906)</b>	<b>(93.959)</b>
<b>RESULTADO COM OPERAÇÕES DE RESSEGURO</b>	<b>3.576</b>	<b>(6.412)</b>
Receita com Resseguro	16.427	1.790
Despesa com Resseguro	(12.851)	(8.202)
<b>RESULTADO COM OPERAÇÕES DE PREVIDÊNCIA</b>	<b>44.752</b>	<b>28.404</b>
Rendas de Contribuições e Prêmios	894.947	849.596
Constituição da Provisão de Benefícios a Conceder	(435.054)	(587.183)
<b>Receita de Contribuições e Prêmios de VGBL</b>	<b>459.893</b>	<b>262.413</b>
<b>Rendas com Taxas de Gestão e Outras Taxas</b>	<b>62.617</b>	<b>52.640</b>
<b>Variação de Outras Provisões Técnicas</b>	<b>(464.527)</b>	<b>(276.852)</b>
<b>Custo de Aquisição</b>	<b>(12.655)</b>	<b>(9.013)</b>
<b>Outras Receitas (Despesas) Operacionais</b>	<b>(576)</b>	<b>(784)</b>
<b>RESULTADO COM OPERAÇÕES DE RESSEGURO</b>	<b>(139)</b>	<b>(828)</b>
Receita com Resseguro	-	(644)
Despesa com Resseguro	(139)	(184)
<b>OPERAÇÕES DE CAPITALIZAÇÃO</b>	<b>72.418</b>	<b>53.699</b>
<b>Receitas Líquidas com Títulos de Capitalização</b>	<b>135.985</b>	<b>134.039</b>
<b>Custo de Aquisição</b>	<b>(61.472)</b>	<b>(75.976)</b>
<b>Outras Receitas e Despesas Operacionais</b>	<b>(2.095)</b>	<b>(4.364)</b>
Outras Receitas Operacionais	23.105	11.265
Outras Despesas Operacionais	(25.200)	(15.629)
<b>Despesas Administrativas</b>	<b>(276.197)</b>	<b>(271.007)</b>
<b>Despesas com Tributos</b>	<b>(46.336)</b>	<b>(61.091)</b>
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>76.410</b>	<b>221.131</b>
<b>Resultado Patrimonial</b>	<b>61.848</b>	<b>66.764</b>
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>	<b>136.384</b>	<b>241.830</b>
Ganhos ou Perdas com Ativos Não Correntes	(4)	(2.374)
<b>RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS</b>	<b>136.380</b>	<b>239.456</b>
Imposto de Renda	(19.661)	(44.181)
Contribuição Social	(14.964)	(29.935)
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>101.755</b>	<b>165.340</b>
Quantidade de Ações	640.969	640.969
Lucro Líquido do Exercício por Ação - R\$	158,75	257,95

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

ICATU SEGUROS S.A. E CONTROLADAS  
CNPJ: 42.283.770/0001-39

**DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012**

(Em milhares de reais)

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b><u>101.755</u></b>	<b><u>165.340</u></b>
<b>Ativos Financeiros Disponíveis para Venda</b>	<b>(46.296)</b>	<b>35.508</b>
Ajuste a valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	(77.160)	59.180
Imposto sobre o ganho/perda originado(a) no exercício	30.864	(23.672)
<b>Parcela de outros resultados abrangentes de coligadas</b>	<b><u>(112.438)</u></b>	<b><u>35.103</u></b>
<b>TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO</b>	<b><u><u>(56.979)</u></u></b>	<b><u><u>235.951</u></u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

ICATU SEGUROS S.A. E CONTROLADAS  
CNPJ: 42.283.770/0001-39

**DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012**

(Em milhares de reais)

	CAPITAL SOCIAL	AUMENTO DE CAPITAL EM APROVAÇÃO	RESERVAS DE CAPITAL		RESERVAS DE LUCROS			AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS SÓCIOS CONTROLADORES	PARTICIPAÇÃO DOS SÓCIOS NÃO CONTROLADORES	PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO
			RESERVA DE AGIO NA SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES	OUTRAS RESERVAS DE CAPITAL	RESERVA LEGAL	RESERVA ESTATUTÁRIA	LUCROS ACUMULADOS				
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011</b>	<b>300.398</b>	-	<b>34.659</b>	<b>918</b>	<b>14.394</b>	<b>261.168</b>	-	<b>42.298</b>	<b>653.835</b>	<b>2</b>	<b>653.837</b>
Participação de acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2)	(2)
Ajustes com Títulos e Valores Mobiliários	-	-	-	-	-	-	-	35.508	35.508	-	35.508
Ajustes com Títulos e Valores Mobiliários - Reflexo	-	-	-	-	-	-	-	35.103	35.103	-	35.103
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	165.340	-	165.340	-	165.340
<b>Destinação do Lucro Líquido:</b>											
Dividendos declarados RCA de 10/09/2012 (R\$ 78,38 por ação ON e PN)	-	-	-	-	-	-	(50.240)	-	(50.240)	-	(50.240)
Constituição Reserva Legal	-	-	-	-	8.267	-	(8.267)	-	-	-	-
Constituição Reserva Estatutária	-	-	-	-	-	106.833	(106.833)	-	-	-	-
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO de 2012</b>	<b>300.398</b>	-	<b>34.659</b>	<b>918</b>	<b>22.661</b>	<b>368.001</b>	-	<b>112.909</b>	<b>839.546</b>	-	<b>839.546</b>
Dividendos declarados AGO de 28/03/2013	-	-	-	-	-	(150.000)	-	-	(150.000)	-	(150.000)
Ajustes com Títulos e Valores Mobiliários	-	-	-	-	-	-	-	(46.296)	(46.296)	-	(46.296)
Ajustes com Títulos e Valores Mobiliários - Reflexo	-	-	-	-	-	-	-	(112.438)	(112.438)	-	(112.438)
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	101.755	-	101.755	-	101.755
<b>Destinação do Lucro Líquido:</b>											
Constituição Reserva Legal	-	-	-	-	5.088	-	(5.088)	-	-	-	-
Constituição Reserva Estatutária	-	-	-	-	-	96.667	(96.667)	-	-	-	-
Aumento de Capital em aprovação	-	44.602	-	-	-	(44.602)	-	-	-	-	-
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013</b>	<b>300.398</b>	<b>44.602</b>	<b>34.659</b>	<b>918</b>	<b>27.749</b>	<b>270.066</b>	-	<b>(45.825)</b>	<b>632.567</b>	-	<b>632.567</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

**DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012**  
(Em milhares de reais)

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Lucro líquido do exercício	101.755	165.340
<b>Ajustes para:</b>		
Depreciação e amortizações	10.160	9.395
Resultado de Equivalência Patrimonial	(61.534)	(66.749)
Ganho ou perda na alienação de imobilizado e intangível	4	1.774
<b>Varição nas contas patrimoniais:</b>		
Ativos financeiros	(874.098)	(1.777.722)
Créditos das operações de seguros, incluindo ativos oriundos de contratos de seguro	14.781	(68.768)
Créditos das operações de previdência complementar	161	(299)
Créditos das operações de capitalização	(8.499)	16.368
Ativos de resseguro	(3.798)	1.027
Créditos fiscais e previdenciários	(28.307)	87.235
Ativo fiscal diferido	7.652	(19.374)
Despesas antecipadas	2.304	14.988
Custos de aquisição diferidos	(27.783)	(13.691)
Depósitos judiciais e fiscais	(21.066)	(56.709)
Outros ativos	(11.680)	(105)
Fornecedores e outras contas a pagar	16.363	98.521
Impostos e contribuições	(63.137)	45.266
Débitos de operações com seguros e resseguros	(37.491)	43.575
Débitos das operações com previdência complementar	8	274
Débitos das operações com capitalização	2.419	(8.516)
Depósitos de terceiros	8.825	2.001
Provisões técnicas - Seguros	914.327	1.001.284
Provisões técnicas - previdência complementar	379.005	569.221
Provisões técnicas - capitalização	(120.677)	17.505
Outros passivos	(63.723)	52.194
<b>Caixa Gerado pelas Operações</b>	<b>135.971</b>	<b>114.035</b>
Dividendos recebidos	50.258	59.431
Imposto sobre o lucro pagos	(21.708)	(78.214)
<b>Caixa Líquido Gerado nas Atividades Operacionais</b>	<b>164.521</b>	<b>95.252</b>
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
Aquisição de imobilizado	(88)	(4.407)
Aquisição de investimentos	-	(38.589)
Aquisição de intangível	(1.073)	(5.799)
Alienação de investimentos	-	6
<b>Caixa Líquido (Consumido) nas Atividades de Investimento</b>	<b>(1.161)</b>	<b>(48.789)</b>
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(150.000)	(50.240)
<b>Caixa Líquido (Consumido) nas Atividades de Financiamento</b>	<b>(150.000)</b>	<b>(50.240)</b>
<b>Aumento/(Redução) líquido(a) de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>13.360</b>	<b>(3.777)</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício</b>	<b>22.649</b>	<b>26.426</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício</b>	<b>36.009</b>	<b>22.649</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas



**ICATU SEGUROS S.A. E CONTROLADAS**  
CNPJ 42.283.770/0001-39

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012**  
(Em milhares de reais)

**1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A Icatu Seguros S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, sediada no Rio de Janeiro, situada na Praça 22 de Abril, 36, Centro, autorizada a operar em todas as Unidades da Federação e que atua nos ramos de seguros de pessoas, na instituição de planos de previdência privada aberta, bem como em seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre – DPVAT, por meio de consórcio. A Companhia participa, por intermédio de suas controladas (o “grupo Icatu Seguros” ou “Grupo”), nos segmentos citados acima, e em capitalização, prestação de serviços de consultoria e assessoria na área financeira e de mercado de capitais, administração de carteiras de títulos e valores mobiliários e administração de passivos de entidades abertas e fechadas de previdência complementar.

A Companhia tem os seguintes acionistas:

	Percentual de ações		
	ON	PN	Total
Icatu Holding S.A.....	43,32%	50,00%	44,21%
Icatu Assessoria Ltda.....	43,87%	30,64%	42,11%
Nalbrapar Ltda.....	10,38%	19,36%	11,58%
Pessoas Físicas.....	2,43%	0,00%	2,10%
<b>Total.....</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>

**2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS**

**2.1 Base de Preparação e Declaração de Conformidade**

As demonstrações financeiras consolidadas são de responsabilidade da Administração da Companhia e estão apresentadas em consonância com a Circular SUSEP nº 464/2013.

Em acordo com a referida Circular SUSEP, as demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas segundo os pronunciamentos emitidos pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, com base em pronunciamentos plenamente convergentes com as normas internacionais, emitidos pelo CPC e referendados pela SUSEP.

A Circular SUSEP nº 464, de 1º de março de 2013, revogou a Circular SUSEP nº 430, de 05 de março de 2012, e trouxe as seguintes mudanças:

- a) Alterações no plano de contas a ser utilizado pelas entidades supervisionadas, além de alterar as determinadas informações a serem divulgadas nas demonstrações financeiras;
- b) No § 1º do art. 8º, temos a mudança no registro da receita para os produtos de risco, que passou a ser a emissão da apólice/certificado/endorosso, ou a vigência do risco para os casos em que o risco se inicia antes da sua emissão. A Administração da Companhia avaliou que as alterações não impactaram o resultado do exercício de 2013, uma vez que a Provisão de Prêmios não Ganhos (PPNG) foi constituída na mesma proporção que os Prêmios Emitidos nesses casos. Quanto à reclassificação do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, consideramos que os valores em questão são imateriais.
- c) Criação de contas redutoras no passivo circulante para registro das antecipações de imposto de renda e contribuição social, que já era adotada nesta demonstrações financeiras consolidadas.

## **2.2 Reclassificações nas Demonstrações Financeiras Comparativas**

As praticas contábeis descritas na Nota 3 foram aplicadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013 e 2012.

Para fins de divulgação, nas demonstrações financeiras comparativas do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foram efetuadas as seguintes reclassificação:

- a) No balanço patrimonial foi feita a reclassificação do IR e CSLL diferido do passivo circulante para o passivo não circulante no valor de R\$ 61.091.
- b) Na demonstração do resultado foi feita a reclassificação da despesa com “Participação sobre o resultado” no montante de R\$ 21.517 para o grupo de Despesas Administrativas e da “receita com penalidade de títulos de capitalização” no valor de R\$ 10.512 apresentada, no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, como receita líquida com títulos de capitalização para o grupo de Outras Receitas Operacionais.

## **2.3 Base de Mensuração**

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas pelo regime de competência. Os ativos e passivos estão mensurados de acordo com o custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo para as categorias “ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado”, e “ativos financeiros disponíveis para venda”.

## **2.4 Moeda Funcional e de Apresentação**

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas são mensurados usando a moeda do ambiente econômico no qual a Companhia e suas controladas atuam. As demonstrações financeiras consolidadas estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia, dos fundos exclusivos e suas controladas.

## **2.5 Uso de Estimativas**

A preparação das demonstrações financeiras consolidadas requer que a Administração da Companhia e suas controladas se baseie em julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis, que afetam os ativos e passivos, as receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras consolidadas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras consolidadas referem-se aos ativos financeiros avaliados pelo valor justo, à realização dos créditos tributários, ao registro dos passivos relacionados a sinistros, ao prazo de diferimento de certos custos de aquisição, à probabilidade de êxito nas ações judiciais, aos efeitos decorrentes da provisão para perdas

sobre créditos e outros ativos, às provisões técnicas e às provisões judiciais. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas.

Revisões contínuas são feitas sobre as estimativas e premissas e o reconhecimento contábil de efeitos que por ventura surjam é efetuado no resultado do período em que as revisões ocorrem.

Informações adicionais sobre as estimativas encontram-se nas seguintes notas:

- Redução ao Valor Recuperável (vide nota 3.1(c))
- Provisões Técnicas (vide nota nº 3.7);
- Aplicações Financeiras (vide nota nº 5);
- Créditos Tributários e Previdenciários (vide nota nº 8);
- Provisões Judiciais (vide nota nº 18.1).

## 2.6 Base de Consolidação

As práticas contábeis destacadas na Nota 3 foram adotadas de forma equânime em todas as empresas consolidadas. As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações da Companhia, das empresas controladas citadas a seguir e dos fundos de investimento exclusivos:

Denominação Societária	Participação Acionária sobre Capital Total		Participação Acionária sobre Capital Total	
	2013		2012	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Icatu Capitalização S.A.....	100,00%	-	100,00%	-
Companhia Brasileira de Seguros e Previdência.....	100,00%	-	100,00%	-
Vanguarda Companhia de Seguros Gerais.....	100,00%	-	100,00%	-
Icatu Serviços de Adm. Previdenciária Ltda.....	99,98%	0,02%	99,98%	0,02%
Icatu Consultoria Ltda.....	100,00%	-	100,00%	-

## 3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

### 3.1 Consolidação

As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia para consolidação são:

- a) Eliminação dos saldos das contas entre a controladora e as empresas controladas incluídas na consolidação, bem como das contas mantidas entre as controladas;
- b) Eliminação dos investimentos da controladora nas empresas controladas incluídas na consolidação, bem como dos investimentos entre as controladas;
- c) Os fundos de investimentos exclusivos foram consolidados.

### 3.2 Instrumentos Financeiros

Em atendimento aos Pronunciamentos Técnicos CPC 38, 39 e 40(R1) (IAS 39, 32 e IFRS 7), a Companhia e suas controladas efetuaram a avaliação de seus Instrumentos Financeiros, inclusive derivativos, conforme estabelecido nas normas.

#### a) Caixa e Equivalentes de Caixa Disponível

Caixa e equivalentes de caixa são compostos por caixa, depósitos bancários e investimentos financeiros com vencimentos originais de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

## **b) Instrumentos Financeiros não Derivativos – Aplicações Financeiras**

A Companhia classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, disponíveis para venda, mantidos até o vencimento e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

- (I) Mensurados a valor justo por meio do resultado - Representam títulos e valores classificados como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, ajustado ao seu respectivo valor justo e classificados no ativo circulante. Os rendimentos e os ganhos ou as perdas para apresentação ao valor justo são contabilizados no resultado;
- (II) Disponíveis para venda – Representam títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas classificações de “títulos mensurados ao valor justo por meio do resultado”, “títulos mantidos até o vencimento” e “empréstimos e recebíveis”. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, ajustados aos seus respectivos valores justos e classificados no ativo circulante e não circulante de acordo com a intenção de negociação. Os ganhos apurados pelo método dos juros efetivos são reconhecidos no resultado, enquanto os ganhos e as perdas decorrentes das variações dos valores justos não realizados são reconhecidos na rubrica “Ajustes de Avaliação Patrimonial” no patrimônio líquido, líquidos dos correspondentes efeitos tributários e, quando realizados, são apropriados ao resultado, em contrapartida da referida conta no patrimônio líquido;
- (III) Mantidos até o vencimento - Representam títulos e valores mobiliários para os quais a Companhia e suas controladas têm intenção e capacidade de manter até o vencimento. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável; e
- (IV) Empréstimos e recebíveis – São ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos e determináveis, que não são cotados em mercados ativos. Tais valores compreendem substancialmente os Créditos das Operações com Seguros, Resseguros, Previdência e Capitalização, e demais contas a receber. Após seu reconhecimento inicial, esses ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

## **c) Redução ao Valor Recuperável**

c.1) Ativos Financeiros - Os ativos financeiros (incluindo recebíveis) não mensurados pelo valor justo por meio do resultado são avaliados regularmente, para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável.

A redução ao valor recuperável dos recebíveis é calculada para os ramos de vida em grupo, acidentes pessoais coletivos, prestamistas e vida individual, baseada em estudo técnico individualizado das faturas, que leva em consideração o histórico de perdas e os riscos de inadimplência. Com base neste estudo foi efetuada provisão de 89,55% das faturas vencidas há mais de 60 dias (vide Nota 7).

c.2) Ativos não Financeiros - Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revisados sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo exceder seu valor recuperável. O valor recuperável de um ativo é o maior entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso, determinado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados em decorrência do uso do ativo.



#### **d) Instrumentos Financeiros Derivativos**

A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos reconhecidos a valor justo de contratos futuros e de *swaps* mantidos nos fundos de investimento exclusivos consolidados, que têm como objetivo principal proteger os ativos da Companhia dos riscos de mercado (Vide Nota 6).

#### **3.3 Custos de Aquisição Diferidos**

Os Custos de Aquisição Diferidos compreendem os custos de angariação das operações de seguros e previdência complementar, que são diferidos e amortizados com base no prazo de vigência das apólices para as operações de seguros, e na experiência de persistência de cada produto e/ou plano, calculada atuarialmente, para as operações de previdência complementar (Notas 14 e15).

#### **3.4 Investimentos**

As participações acionárias em empresas não controladas estão avaliadas pelo método da equivalência patrimonial, acrescidas do ágio pago por expectativa de rentabilidade futura (*Goodwill*). Os resultados de equivalência patrimonial são apresentados nas demonstrações do resultado sob a rubrica “Resultado Patrimonial” (Vide Nota 9).

Os outros investimentos permanentes estão contabilizados pelo método de custo, deduzidos de perdas ao seu valor recuperável, quando aplicável.

#### **3.5 Imobilizado**

O imobilizado está contabilizado ao custo deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear, com base na vida útil estimada dos bens, sendo: equipamentos, móveis, máquinas e utensílios – 10% a.a.; veículos e benfeitorias em imóveis de terceiros – 20% a.a.. Adicionalmente, é demonstrado deduzido por perdas ao valor recuperável acumulado, quando aplicável.

Os ganhos e as perdas nas alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil líquido e são reconhecidos em “Ganhos e Perdas com Ativos não Correntes”, na demonstração do resultado. A composição do Ativo Imobilizado está demonstrada na Nota 11.

#### **3.6 Intangível**

O intangível está contabilizado ao custo deduzido da amortização acumulada, sendo constituído, basicamente, de gastos com aquisição e desenvolvimento de softwares para uso interno. As amortizações são calculadas pelo método linear, considerando o prazo de vida útil de 5 anos, à taxa de 20% a.a.. O intangível deve ser avaliado a cada data de divulgação sobre o valor do ativo e a vida útil estimada. A composição do Ativo Intangível está demonstrada na Nota 12.

#### **3.7 Provisões Técnicas**

As provisões técnicas de seguros de pessoas e previdência complementar aberta são constituídas conforme a metodologia de cálculo descrita em nota técnica atuarial do plano aprovado ou elaborada especificamente para a provisão, conforme previsto na Resolução CNSP nº 281, de 30 de janeiro de 2013 e de acordo com as características dos respectivos planos.

No passivo circulante e não circulante foram classificadas as provisões brutas de resseguro. As provisões cujos vencimentos ultrapassem o prazo de 12 (doze) meses subsequentes às respectivas datas base, foram classificadas no passivo não circulante. No ativo circulante foram registradas as provisões referentes às operações de resseguro, obtidas por meio da diferença entre as provisões brutas e aquelas calculadas com prêmios e/ou sinistros deduzidos das

operações de resseguro. A composição das provisões técnicas de seguros de pessoas e previdência complementar encontra-se nas Notas Explicativas 14 e 15.

A Circular SUSEP nº 462, de 31 de janeiro de 2013, alterou a forma de cálculo e os procedimentos para a constituição das provisões técnicas. Dentre elas, as provisões de oscilação de riscos (POR), de oscilação financeira (POF), a complementar de contribuição/prêmios (PCC/PCP), e o excedente ao valor do Teste de Adequação de Passivos (TAP), apurado na data-base de 31 de dezembro de 2012, da Provisão de Insuficiência de Contribuições/Prêmios (PIC/PIP), que foram transferidas para outras provisões técnicas (OPT) e revertidas no exercício de 2013.

Adicionalmente, a Circular SUSEP nº 462, alterou a provisão de riscos não expirados que passou a compor a Provisão de Prêmios não Ganhos (PPNG), a Provisão de Benefícios a Regularizar que passou a compor a Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL), e a Provisão de Despesas Administrativas (PDA), que passou a compor a Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) com as devidas adequações.

Posteriormente, a Circular SUSEP nº 469, de 19 de junho de 2013 alterou a definição da Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) e da Provisão para Sorteios a Realizar (PSR) descritas na Circular SUSEP nº 462.

### **3.7.1 Provisões Técnicas – Seguros e Previdência Complementar**

#### **3.7.1.1 Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder e de Benefícios Concedidos**

As provisões matemáticas de benefícios a conceder, relativas aos seguros de pessoas com cobertura por sobrevivência e aos planos de previdência complementar aberta na modalidade de contribuição variável (Vida Gerador de Benefício Livre - VGBL, Plano Gerador de Benefício Livre - PGBL e Fundo Garantidor de Benefício - FGB), representam o montante das contribuições efetuadas pelos participantes, líquidas de carregamento, acrescidas dos rendimentos financeiros gerados pela aplicação dos recursos em fundos de investimento especialmente constituídos para os planos do tipo PGBL e VGBL, ou acrescidas da remuneração garantida prevista para o plano do tipo FGB.

As provisões matemáticas de benefícios a conceder, relacionadas aos seguros de pessoas e aos planos de previdência complementar aberta na modalidade de benefício definido, em regime financeiro de capitalização, representam a diferença entre o valor presente dos benefícios futuros e o valor presente das contribuições futuras, correspondentes às obrigações assumidas sob a forma de planos de renda, de pensão e pecúlio, respeitando as tábuas biométricas, taxas de juros e as características do benefício.

As provisões matemáticas de benefícios concedidos representam o valor presente dos benefícios futuros correspondentes às obrigações assumidas sob a forma de renda, respeitando as tábuas biométricas, taxas de juros e as características do benefício.

#### **3.7.1.2 Provisão de Sinistros a Liquidar**

As provisões de sinistros a liquidar, contabilizadas no passivo circulante, correspondem ao valor total dos sinistros, pecúlios e rendas vencidos e ainda não pagos, atualizados monetariamente, líquidos de cosseguros cedidos, brutos de resseguros a recuperar e cosseguros aceitos, com base nos avisos de sinistros e eventos cadastrados até a data do balanço. Conforme Circular SUSEP nº 462, de 31 de janeiro de 2013, a baixa das reservas técnicas ocorre pelo seu efetivo pagamento. É efetuado, ainda, um ajuste na provisão, (IBNER – sinistros ocorridos e não suficientemente avisados), a fim de refletir no saldo da mesma, a melhor estimativa do valor de pagamento do sinistro, considerando histórico de reavaliações de estimativas, recusas, etc. As provisões de sinistros a recuperar, contabilizadas no ativo

circulante, correspondem à parcela do ressegurador nos sinistros, pecúlios e rendas vencidos e ainda não pagos, atualizados monetariamente.

#### **3.7.1.3 Provisão de Sinistros / Eventos Ocorridos mas não Avisados**

A provisão de sinistros/eventos ocorridos mas não avisados (IBNR) é constituída para a cobertura dos sinistros/eventos ocorridos e ainda não avisados até a data-base das demonstrações financeiras consolidadas, sendo que:

(I) para os ramos de seguros de pessoas, a provisão de IBNR é constituída com base na estimativa final de sinistros já ocorridos mas ainda não avisados, adicionada das despesas de regulação. Esta provisão é calculada com base em métodos estatístico-atuariais, conhecidos como triângulos de *run-off*, que consideram o desenvolvimento mensal histórico dos sinistros incorridos para estabelecer uma projeção de sinistros futuros por período de ocorrência. Tal desenvolvimento é feito por montante envolvido de sinistros, observando o período dos últimos 60 meses.

(II) para os contratos de benefícios de risco de previdência complementar, como não se tem experiência interna histórica significativa, a provisão de eventos ocorridos mas não avisados é calculada a partir da aplicação dos percentuais estabelecidos pela Circular SUSEP nº 448 de 04 de setembro de 2012, sobre o somatório das contribuições e sobre o somatório dos benefícios pagos nos últimos 12 meses, seguindo os demais critérios definidos na referida Circular.

#### **3.7.1.4 Provisão de Prêmios não Ganhos**

A provisão de prêmios não ganhos é constituída pela parcela dos prêmios retidos, pelo método *pro rata die*, correspondente aos períodos de risco não decorridos dos contratos, contemplando uma estimativa para os riscos vigentes e não emitidos com base no histórico de atraso na emissão de prêmios.

#### **3.7.1.5 Provisão de Riscos não Expirados**

A provisão de riscos não expirados foi constituída pela parcela das contribuições emitidas dos riscos de previdência complementar aberta e dos prêmios emitidos de seguro de vida individual, líquidos de carregamento, pelo método *pro rata die*, correspondente aos períodos de risco não decorridos dos contratos, contemplando uma estimativa para os riscos vigentes e não emitidos com base no histórico de atraso na emissão das contribuições e dos prêmios. Conforme Circular SUSEP nº 462, de 31 de janeiro de 2013, os valores desta provisão passaram a compor a Provisão de Prêmios não Ganhos (PPNG), com as devidas adequações, passando a considerar as contribuições e/ou prêmios brutos de carregamento.

#### **3.7.1.6 Provisão de Insuficiência de Contribuições/Prêmios**

Em 31 de dezembro de 2012 a provisão de insuficiência de contribuições/prêmios (PIC/PIP) foi constituída para fazer face à tendência de maior sobrevida dos participantes/segurados para os planos de previdência complementar aberta e seguros de vida individual que concedem benefício por sobrevivência e correspondia à diferença entre a expectativa de vida da tábua biométrica aprovada nos planos e seguros e a expectativa de vida da tábua AT-2000 Male ou AT-2000 Female. Nesse cálculo foram consideradas premissas de persistência e de conversão em renda e a taxa de juros aprovada nos planos. Conforme Circular SUSEP nº 462, de 31 de janeiro de 2013, o saldo da PIC/PIP excedente ao valor do Teste de Adequação de Passivos, apurado na data-base de 31 de dezembro de 2012, foi transferido para outras provisões técnicas (OPT).

#### **3.7.1.7 Provisão de Oscilação de Riscos**

Em 31 de dezembro de 2012 a provisão de oscilação de riscos (POR) foi constituída para cobrir eventuais desvios nos compromissos esperados nos planos de previdência complementar aberta e seguros de vida individual e foi determinada com base na experiência de morte e

invalidez, em observação estatística da respectiva sinistralidade e seus desvios, apurando-se o número de segurados expostos ao risco na data base do cálculo, os valores de indenização média e o número de sinistros ocorridos nos últimos 36 (trinta e seis) meses. Conforme Circular SUSEP nº 462, de 31 de janeiro de 2013, o saldo da POR foi transferido para outras provisões técnicas (OPT).

#### **3.7.1.8 Provisão de Excedente Financeiro**

A provisão de excedente financeiro corresponde a um percentual dos resultados financeiros sobre o valor do rendimento que exceda a rentabilidade mínima dos planos de seguros de vida individual e previdência complementar aberta que prevejam cláusula de distribuição de resultados financeiros.

#### **3.7.1.9 Provisão de Resgates e/ou Outros Valores a Regularizar**

A provisão de resgates e/ou outros valores a regularizar corresponde aos valores referentes aos resgates e às devoluções de contribuições/prêmios a serem regularizados e às portabilidades solicitadas nos planos de seguros de vida individual e previdência complementar aberta e, por qualquer motivo, ainda não transferidas para a entidade/seguradora receptora e as contribuições/prêmios recebidos e não cotizados até a data-base do balanço.

#### **3.7.1.10 Provisão de Despesas Administrativas**

A provisão para despesas administrativas é constituída para cobrir despesas decorrentes de pagamento de benefícios, previstos no plano de previdência complementar aberta e seguros de vida individual, em função de eventos ocorridos e a ocorrer, sendo calculada conforme metodologia aprovada na nota técnica atuarial em cada plano. Conforme Circular SUSEP nº 462, de 31 de janeiro de 2013, o saldo da PDA foi transferido para Provisões de Despesas Relacionadas (PDR).

#### **3.7.1.11 Provisão de Oscilação Financeira**

Em 31 de dezembro de 2012 a provisão de oscilação financeira (POF) foi constituída para alguns assistidos em gozo de benefício de renda por sobrevivência de planos do tipo PGBL que possuíam percentual de reversão de excedente financeiro inferior a 100%. Esse valor apurado era calculado mensalmente pela diferença entre o saldo do fundo de investimento onde os recursos estavam aplicados e a soma da Provisão Matemática de Benefícios Concedidos com a Provisão de Excedente Financeiro constituídas para cada assistido. Conforme Circular SUSEP nº 462, de 31 de janeiro de 2013, o saldo da POF foi transferido para outras provisões técnicas (OPT).

Esse valor apurado é calculado mensalmente pela diferença entre o saldo do fundo de investimento onde os recursos estão aplicados e a soma da Provisão Matemática de Benefícios Concedidos com a Provisão de Excedente Financeiro constituídas para cada assistido.

#### **3.7.1.12 Provisão Complementar de Prêmios**

Em 31 de dezembro de 2012 a provisão complementar de prêmios (PCP) era estimada mensalmente por ramo para complementar a Provisão de Prêmios não Ganhos. O cálculo era efetuado pelo método *pro rata die*, tomando-se por base as datas de início e fim de vigência do risco e o prêmio comercial retido, e obtendo-se a diferença, se positiva, entre a média dos valores apurados, diariamente, para a Provisão de Prêmios não Ganhos no mês de constituição e a Provisão de Prêmios não Ganhos constituída, considerando todos os riscos vigentes, emitidos ou não. Conforme Circular SUSEP nº 462, de 31 de janeiro de 2013, o saldo da PCP foi transferido para outras provisões técnicas (OPT).

#### **3.7.1.13 Provisão Complementar de Contribuições**

Em 31 de dezembro de 2012 a provisão complementar de contribuições (PCC) era estimada mensalmente por produto para complementar a Provisão de Riscos não Expirados. O cálculo era efetuado pelo método *pro rata die*, tomando-se por base as datas de início e fim de vigência do risco e o prêmio emitido líquido de carregamento, e obtendo-se a diferença, se

positiva, entre a média dos valores apurados, diariamente, para a Provisão de Riscos não Expirados no mês de constituição e a Provisão de Riscos não Expirados constituída, considerando todos os riscos vigentes, emitidos ou não. Conforme Circular SUSEP nº 462, de 31 de janeiro de 2013, o saldo da PCC foi transferido para outras provisões técnicas (OPT).

#### **3.7.1.14 Outras Provisões Técnicas**

Esta provisão foi constituída conforme Circular SUSEP nº 462, de 31 de janeiro de 2013, com os valores oriundos da Provisão Complementar de Prêmios/Contribuições (PCP/PCC), Provisão de Oscilação de Riscos (POR), Provisão de Oscilação Financeira (POF) e o valor da soma das Provisões de Insuficiência de Contribuições/Prêmios que excedeu o valor do Teste de Adequação de Passivos apurado na data-base de 31 de dezembro de 2012. A Companhia efetuou a reversão integral da OPT em 2013.

#### **3.7.1.15 Provisão de Despesas Relacionadas**

Esta provisão corresponde ao valor esperado com despesas relacionadas ao pagamento de sinistros/benefícios. A PDR inclui também os valores que, anteriormente, eram constituídos na Provisão para Despesas Administrativas (PDA).

#### **3.7.1.16 Provisão de Excedente Técnico**

A Provisão de Excedentes Técnicos (PET) é constituída para a garantia dos valores destinados à distribuição de excedentes decorrentes de superávit técnicos, conforme previsto em regulamento ou contrato. A provisão é calculada mensalmente com base na apuração do resultado de cada apólice/certificado que possua a cláusula de excedente técnico

#### **3.7.1.17 Teste de Adequação dos Passivos**

O CPC 11 (IFRS 4) requer que as entidades que emitem contratos classificados como contratos de seguro analisem a adequação dos passivos registrados em cada data de divulgação através de um teste mínimo de adequação. Em 14 de dezembro de 2012, a Superintendência de Seguros Privados tornou pública a Circular SUSEP nº 457, que institui o teste de adequação de passivos para fins de elaboração das demonstrações financeiras e define regras e procedimentos para sua realização, a serem observados pelas sociedades seguradoras, entidades abertas de previdência complementar e resseguradoras locais e que revogou a Circular SUSEP nº 410, de 22 de dezembro de 2010.

Para este teste, a Companhia elaborou uma metodologia que considera a sua melhor estimativa corrente dos fluxos de caixa até o final de vigência das obrigações, brutos de resseguro, utilizando premissas atuariais atuais de todos os contratos e certificados dos planos comercializados, sem considerar novas vendas e compensação de contribuições futuras.

Os contratos com renovação automática têm seus fluxos de caixa considerados no teste somente até a data da renovação destes contratos. Para os contratos de previdência, como estimativa de sobrevivência, foram utilizadas as tábuas de mortalidade BR-EMSsb-V.2010-m e BR-EMSsb-V.2010-f. Consideramos saídas por cancelamento e índice de conversibilidade em renda, com base no histórico dos planos observado ao período máximo de três anos. As rendas foram assumidas como vitalícias. Como despesas de manutenção foram consideradas as diretamente relacionadas com a operação, diferenciadas pela fase de diferimento ou de recebimento do benefício. O resultado mensal do fluxo de caixa foi trazido a valor presente pela taxa de juros (ETTJ) livre de risco definida pela SUSEP e deste montante foi utilizada a faculdade permitida no parágrafo 3º do art. 8º da Circular SUSEP nº 457, que consiste em deduzir a parcela correspondente à diferença entre o valor de mercado e o valor do registro contábil dos títulos vinculados em garantia das provisões técnicas, registrados contabilmente no ativo na categoria “mantido até o vencimento”.

A Administração entende que o método considerando a diferença dos títulos mantidos até o vencimento no teste de adequação de passivos, é similar ao cálculo de desconto a valor

presente pela taxa de retorno estimado sobre os ativos garantidores, e portanto efetuou também, o cálculo com a respectiva taxa obtendo resultados semelhantes nos dois métodos de cálculo.

	R\$
Estimativa corrente dos fluxos de caixa	336.350
Provisões Técnicas na data base (*)	(326.701)
Resultado do TAP	9.649
Valor contábil dos "títulos mantidos até o vencimento"	140.183
Valor justo dos "títulos mantidos até o vencimento"	(186.560)
Diferença entre valor contábil e valor justo dos "títulos mantidos até o vencimento"	(46.377)
Resultado do TAP após dedução da diferença do valor contábil e valor justo dos "títulos mantidos até o vencimento"	-

(\*) Referentes aos produtos estruturados na modalidade de benefício definido (previdência tradicional), FGB – Fundo Garantidor de Benefício, Dotal Misto e para os benefícios já concedidos.

Conforme determina o parágrafo único do art. 9º da Circular 457, o saldo contábil das provisões técnicas acrescido do efeito monetário da aplicação da faculdade prevista no parágrafo 3º do art. 8º, para efeito de vinculação de ativos em cobertura, corresponde a R\$ 336.350.

Os produtos de acumulação estruturados na modalidade de contribuição variável (PGBL/VGBL) e os produtos de risco de previdência e seguros de pessoas individual e coletivo não apresentaram insuficiência de provisão em relação às estimativas de fluxo de caixa futuro.

### **3.7.1.18 Contratos de Seguro**

Um Contrato de Seguro, de acordo com o CPC 11 (IFRS 4), é aquele pelo qual uma parte (o segurador) aceita um risco significativo de seguro de outra parte (o segurado) ao concordar em indenizar o segurado ou outro beneficiário se um evento incerto, futuro e especificado (o evento segurado) afetar o segurado adversamente.

A Companhia e suas controladas procederam à análise de seus negócios e concluíram que suas operações caracterizam-se como "contrato de seguro" de acordo com os preceitos contidos no CPC 11 (IFRS 4), exceto o segmento de capitalização.

## **3.7.2 Provisões Técnicas – Capitalização**

### **3.7.2.1 Provisão Matemática para Capitalização**

Anteriormente denominada Provisão Matemática para Resgate, cuja nomenclatura foi alterada conforme Circular SUSEP nº 462, de 31 de janeiro de 2013. A provisão matemática para capitalização representa o montante dos pagamentos efetuados pelos subscritores, deduzidos das quotas de sorteio e de carregamento, quando previstas, acrescidos mensalmente da taxa de juros e do índice de correção previstos no plano aprovado.

### **3.7.2.2 Provisão para Resgates**

Anteriormente denominada Provisão para Resgate de Títulos, cuja nomenclatura foi alterada conforme Circular SUSEP nº 462, de 31 de janeiro de 2013. A provisão para resgates de títulos vencidos e antecipados representa os valores de resgates ainda não pagos até a data-base do balanço. Conforme determinado pela Circular em questão, foi incluída nesta respectiva provisão a parcela correspondente à distribuição de bônus já devidos, anteriormente alocada na provisão para contingências.

### **3.7.2.3 Provisão para Sorteios a Realizar**

A provisão para sorteios a realizar é constituída para cobrir os sorteios que já foram custeados, mas que na data base da constituição, ainda não tenham sido realizados.

#### **3.7.2.4 Provisão de Sorteios a Pagar**

A provisão de sorteios a pagar corresponde aos valores dos prêmios de sorteios devidos e ainda não pagos até a data-base do balanço.

#### **3.7.2.5 Provisão para Despesas Administrativas**

A provisão para despesas administrativas é constituída para a cobertura dos valores esperados das despesas administrativas dos planos de capitalização.

#### **3.7.2.6 Provisão para Distribuição de Bônus**

Anteriormente denominada Provisão para Contingências, cuja nomenclatura foi alterada conforme Circular SUSEP nº 462, de 31 de janeiro de 2013. A provisão para Distribuição de Bônus é constituída para a distribuição de bônus ainda não devidos, quando previsto no plano, e sua metodologia de cálculo é idêntica à da provisão matemática para capitalização. As parcelas correspondentes aos bônus devidos passaram a compor a provisão para resgates.

#### **3.7.2.7 Prescrição de Títulos**

A Companhia adota, nas provisões para resgates de títulos vencidos e antecipados e sorteios a pagar, a baixa dos valores prescritos atendendo as disposições previstas no Código Civil.

### **3.8 Provisões Judiciais**

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos objetos de discussão judicial são realizados de acordo com as regras estabelecidas pelo CPC25 (IAS 37) - "Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes" e levam em consideração a avaliação dos assessores jurídicos da Companhia e suas controladas em relação às probabilidades de desfecho desfavorável no julgamento final dos processos judiciais.

As provisões constituídas para fazer face às perdas decorrentes de ações judiciais de natureza cível, trabalhista e fiscal, objeto de contestação judicial, são contabilizadas com base nas opiniões do departamento jurídico interno, dos consultores legais independentes e da Administração sobre a provável saída de recursos para liquidação das obrigações. A Companhia e suas controladas adotaram o critério de provisionar a totalidade das provisões de natureza cível, trabalhista e fiscal cuja probabilidade de perda é considerada provável. As provisões de natureza trabalhista, fiscal e cível, quando não vinculadas a contrato de seguros, estão contabilizadas na rubrica "Provisões Judiciais", no Passivo não Circulante; as provisões de natureza cível vinculadas a contratos de seguros estão contabilizadas na provisão de Sinistros a Liquidar, no Passivo Circulante. As obrigações fiscais e previdenciárias em discussão judicial estão contabilizadas na rubrica "Outras Contas a Pagar", no passivo não circulante, atualizadas monetariamente pela SELIC.

Os honorários de sucumbência são registrados com base nas informações obtidas através do departamento jurídico interno e dos consultores legais independentes.

Os valores estimados de perdas prováveis das provisões cíveis e trabalhistas são corrigidos conforme critérios de atualização monetária e juros que historicamente são imputados às causas, considerando-se sua natureza, Tribunal e Região nos quais a causa está sendo avaliada.

Os correspondentes depósitos judiciais, quando exigidos, estão contabilizados na rubrica "Depósitos Judiciais e Fiscais", no ativo não circulante, e são atualizados monetariamente pela SELIC para os depósitos judiciais fiscais e pela TR para os depósitos judiciais trabalhistas e cíveis.

A composição das provisões judiciais e fiscais, bem como dos depósitos judiciais e fiscais, encontra-se na Nota Explicativa 18.

### **3.9 Resultado**

Os prêmios de seguros e cosseguros e comissões, deduzidos dos prêmios cedidos em cosseguros e comissões correspondentes, são contabilizados em resultado quando da emissão das respectivas apólices e faturas de seguros, ou a vigência do risco para os casos em que o risco se inicia antes da sua emissão e apropriados em bases lineares no decorrer do prazo de vigência das apólices, por meio de constituição e reversão de provisão para prêmio não ganho e dos custos de aquisição diferidos.

São contabilizadas, também, as receitas de prêmios estimados e as correspondentes despesas de comercialização (custos de aquisição diferidos) relativos aos riscos vigentes cujas apólices ainda não foram emitidas.

A controlada Icatu Capitalização S.A. avaliou a possibilidade de efetuar o diferimento das receitas com taxa de carregamento de títulos de pagamento único (PU). Esse estudo considerou os custos de manutenção dos títulos até o término da vigência dos mesmos. Concluiu-se que essas despesas já estavam contempladas dentro da Provisão para Despesas Relacionadas e que os demais custos seriam imateriais frente à receita auferida. Logo, a controlada Icatu Capitalização S.A. não efetua o diferimento das receitas com taxa de carregamento de títulos de PU, registrando-a integralmente quando da emissão dos respectivos títulos.

A receita com títulos de capitalização (taxa de carregamento) de pagamento mensal é registrada conforme abaixo:

- Primeira mensalidade quando da respectiva emissão;
- Demais mensalidades quando do efetivo recebimento.

Os custos de aquisição com títulos de capitalização são contabilizados quando incorridos.

As operações do Consórcio DPVAT são contabilizadas, com base nos relatórios recebidos da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. ("Seguradora Líder"), na proporção do percentual de participação da Companhia e de suas controladas Vanguarda Companhia de Seguros Gerais e Companhia Brasileira de Seguros e Previdência, no consórcio. Conforme definido em instrumentos dos consórcios, 50% do resultado mensal são retidos pela Seguradora Líder ao longo do período e somente repassados à Companhia e suas controladas Vanguarda Companhia de Seguros Gerais e Companhia Brasileira de Seguros e Previdência pelo valor líquido no início do exercício social seguinte. Os outros 50% dos resultados a distribuir são repassados líquidos no mês subsequente ao da apuração mensal.

As operações de cosseguro aceito e retrocessões são contabilizadas com base nas informações recebidas das congêneres e do IRB-Brasil Resseguros S.A., respectivamente.

As contribuições para planos de previdência e os prêmios de seguros de vida com cobertura de sobrevivência (VGBL) são reconhecidos como Renda de Contribuições e Prêmios quando ocorre o seu efetivo recebimento. Os direitos dos participantes são refletidos mediante a constituição de provisões técnicas em contrapartida ao resultado do período.

### **3.10 Benefícios a Empregados**

#### **3.10.1 Obrigações por aposentadorias**

Plano de contribuição definida é um plano de benefícios sob o qual a Companhia e suas controladas pagam contribuição percentual fixa para uma entidade separada, no caso a Icatu FMP – Icatu Fundo Multipatrocinado, e não terão nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As contribuições aos planos de previdência de contribuição definida



são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados.

### **3.10.2 Outros benefícios de curto prazo**

Outros benefícios de curto prazo tais como seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais, estacionamento, vale-transporte, vale-refeição e alimentação e treinamento profissional são oferecidos aos funcionários e administradores, sendo reconhecidos no resultado do exercício à medida que são incorridos.

## **3.11 Impostos e Contribuições**

### **3.11.1 Impostos Correntes**

A provisão para imposto de renda foi constituída à alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre o montante que exceder R\$240 no ano, e a provisão para contribuição social à alíquota de 15%.

### **3.11.2 Impostos Diferidos**

Os impostos diferidos são constituídos mediante a aplicação das alíquotas do imposto de renda e contribuição social, vigentes na data de encerramento do balanço, sobre as diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

## **3.12 Novas Normas e Interpretações Contábeis ainda não Adotadas**

Diversas novas normas e emendas às normas e interpretações IFRS emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013.

As referidas normas e interpretações entrarão em vigência a partir do exercício de 2014, e não foram aplicados na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas. A Administração da Companhia não espera que estas novas normas, interpretações e alterações tenham efeito relevante sobre as demonstrações financeiras consolidadas a partir de sua adoção, exceto pelo IFRS 9 *Financial Instruments* que pode modificar a classificação e mensuração de ativos financeiros mantidos pelo Grupo. Essa norma não tem prazo para entrada em vigência, porém o IASB divulgou que sua adoção não será antes de 1º de janeiro de 2017

A adoção antecipada dos pronunciamentos do *IFRS* está condicionada à aprovação prévia pela SUSEP.

## **4. GESTÃO DE RISCO**

O processo de avaliação de riscos se baseia em identificar e considerar as implicações e relevância dos riscos envolvidos no âmbito da Companhia e suas controladas, ou seja, nos seus negócios e nos processos que lhes dão suporte. A Companhia e suas controladas consideram a dimensão e complexidade de suas operações, bem como fatores externos e internos que possam afetar o cumprimento adequado dos seus objetivos.

#### **4.1 Responsabilidades pela Gestão de Riscos:**

A Gestão de Riscos tem o suporte dos Diretores Executivos e do Conselho de Administração, com o apoio e avaliação de diversas áreas, dentre as quais as de *Compliance* e Controles Internos, assegurando o equilíbrio, a transparência e a integridade das informações publicadas.

Os responsáveis pelo gerenciamento de riscos têm a atribuição de, periodicamente, rever as estratégias dos negócios para entender e administrar os riscos relevantes, fixando níveis aceitáveis para estes.

#### **4.2 Sistema de Controles Internos e Gestão de Riscos**

A formulação e revisão das políticas de controles internos têm como objetivo a melhoria contínua dos processos e controles na redução dos riscos levantados e controlados pelas áreas da Companhia e suas controladas.

A fundamentação para definição de componentes e ações essenciais a um processo organizado de gestão de riscos, que culmine na consolidação de um Sistema de Controles Internos, leva em consideração modelos de gerenciamento originados pelos pronunciamentos emitidos pelo COSO – *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*.

#### **4.3 Gerenciamento, acompanhamento e mensuração dos riscos**

##### **Principais riscos associados a instrumentos financeiros**

O Grupo possui exposição aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros: Risco de crédito; Risco de liquidez e Risco de Mercado.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia e suas controladas a cada um dos riscos acima, bem como seus objetivos, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital.

**Risco de Crédito** – O risco de crédito pode ocorrer na possibilidade da Companhia e suas controladas não receberem os valores decorrentes dos créditos a emissores privados principalmente aqueles relativos a aplicações financeiras.

Aplicações Financeiras - Quanto à exposição ao risco de crédito relativo às aplicações financeiras, os limites são estabelecidos através da Política de Investimentos da Companhia e suas controladas.

Em relação às emissões de empresas financeiras, não financeiras ou quotas de fundos de investimento, é adotada metodologia baseada na análise de aspectos quantitativos e qualitativos das empresas e fundos. Um dos itens que integram essas análises é o *rating* atribuído por agências externas para classificação do risco das empresas e fundos de investimento. A classificação do risco de crédito por agências externas de *rating* é um sistema de mensuração baseado em pontuação e enquadramento dos riscos em classes previamente definidas. A partir da definição das classes, estas recebem a atribuição de notas que refletem diferentes graus de risco, de acordo com uma escala predeterminada, que é parte integrante do modelo de avaliação.

O risco soberano do Governo brasileiro representa o menor risco de crédito em moeda local, o que corresponde à nota AAA na escala nacional, e está relacionado às emissões locais em reais de títulos públicos federais apresentados na carteira de investimentos da Companhia e suas controladas.

O volume das aplicações em créditos privados, classificados no nível 2 conforme definido na nota 5.3, com exceção das cotas de fundos não exclusivos, estava assim distribuído na data

base, de acordo com a classificação das agências externas de rating *Standard and Poor's*, *Fitch e Moody's*:

31/12/2013							
Rating	Debêntures	CDB	DPGE	LF	CRI	FIDC	Total
AAA.....	98.231	111.544	-	312.792	6.282	107.924	636.773
AA+.....	175.625	149.255	-	120.246	-	-	445.126
AA.....	86.529	1.283	-	28.831	10.408	4.027	131.078
AA-.....	91.598	86.300	-	14.539	-	842	193.279
A+.....	33.324	41.955	8.000	19.148	-	-	102.427
A.....	91.482	5.334	-	-	-	91	96.907
A-.....	15.475	10.051	-	-	-	10.124	35.650
BBB+.....	4.486	-	-	-	-	-	4.486
BBB.....	402	7.171	6.176	8.962	-	-	22.711
BBB-.....	7	-	1.945	-	-	-	1.952
BB+.....	-	24	17.464	-	-	-	17.488
BB.....	6.641	-	5.552	-	-	-	12.193
BB-.....	-	-	-	-	-	-	-
B+.....	-	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>603.800</b>	<b>412.917</b>	<b>39.137</b>	<b>504.518</b>	<b>16.690</b>	<b>123.008</b>	<b>1.700.070</b>

31/12/2012							
Rating	Debêntures	CDB	DPGE	LF	CRI	FIDC	Total
AAA.....	130.600	18.861	-	272.582	14.259	63.456	499.758
AA+.....	152.579	242.986	1.277	106.533	-	28.511	531.886
AA.....	67.686	3.522	-	-	1.244	1.822	74.274
AA-.....	93.202	5.199	-	6.061	2.744	2.240	109.446
A+.....	35.738	70.585	-	11.986	-	-	118.309
A.....	24.256	15.633	-	-	-	2.225	42.114
A-.....	12.179	10.208	-	-	-	12.309	34.696
BBB+.....	1.507	13.892	4.691	-	-	-	20.090
BBB.....	-	5.060	-	-	-	-	5.060
BBB-.....	-	7.034	10.110	-	-	-	17.144
BB+.....	-	6.449	-	-	-	-	6.449
BB.....	2.082	-	-	-	-	-	2.082
BB-.....	-	-	5.419	-	-	-	5.419
B+.....	520	-	-	-	-	-	520
<b>TOTAL</b>	<b>520.349</b>	<b>399.429</b>	<b>21.497</b>	<b>397.162</b>	<b>18.247</b>	<b>110.563</b>	<b>1.467.247</b>

**Risco de Mercado** - É o risco do valor de um instrumento financeiro ou de uma carteira de instrumentos financeiros se alterar em virtude da volatilidade de variáveis exógenas existentes no mercado, causadas por fatores adversos. As variáveis podem ser: taxas de juros, índices de preços (inflação), renda variável e derivativos; onde para cada um destes associa-se um risco específico.

A principal metodologia empregada pela Companhia e suas controladas para o gerenciamento do risco de mercado baseia-se no cálculo do *VaR* (*Value at Risk*) paramétrico. Além do cálculo do *VaR*, são realizados testes de *stress* para verificar a perda esperada em cenários extremos. O risco de mercado é acompanhado por meio de relatórios de periodicidade mínima mensal, com informações sobre o *VaR* e nível de *stress* da carteira, ambas analisadas sobre as posições globais de investimentos. O conceito de *VaR* tem como objetivo quantificar, com base em dados históricos, qual a perda máxima esperada em um prazo específico dentro de um intervalo estatístico de confiança.

Os riscos associados a essas estratégias são mensurados através do sistema de controle de risco *Accenture Risk Control*, além do controle de risco desempenhado pelos administradores fiduciários dos fundos.

A análise de sensibilidade das aplicações financeiras foi elaborada levando em consideração:

- (I) O Value at Risk (VaR) paramétrico que é a perda máxima esperada da carteira, a um nível de confiança, dentro de um horizonte de tempo determinado. Para este caso utilizamos a janela de um dia com nível de confiança de 95%. A volatilidade foi calculada utilizando o modelo de Médias Móveis Exponencialmente Ponderadas (EWMA, em inglês) com uma janela de 300 dias e lambda de 0,94.
- (II) DV01 (dolar-value for one basis-point) é uma métrica de risco amplamente utilizada pelo mercado de renda fixa como medida de sensibilidade do preço de um título de renda fixa em relação à variação nas taxas de juros a qual sua remuneração está associada. Consiste em variar a taxa de juros em um basis-point, ou 0,01%, e verificar o quanto o valor justo do título se altera.

No quadro abaixo apresentamos:

- A perda esperada em um dia com 95% de confiança através da metodologia VaR paramétrico;
- A perda com a oscilação de um *basis-point* (0,01%) na taxa de juros pela metodologia DV01.

Fatores de Risco	31/12/2013			31/12/2012		
	DIV-01	VAR	Exposição	DIV-01	VAR	Exposição
Préfixado - Dl.....	596	1.275	6.218.482	2.235	2.417	5.124.151
Taxa Referencial.....	5	1	101.968	12	333	95.040
IGPM.....	372	3.037	654.982	521	7.966	750.022
IPCA.....	1.292	12.273	1.874.599	1.479	7.055	2.024.095
Ações.....	-	7.285	475.449	-	10.108	458.074
<b>TOTAL</b>		<b>23.871</b>	<b>9.325.480</b>		<b>27.879</b>	<b>8.451.382</b>

**Risco de Liquidez** - está relacionado à eventual indisponibilidade de recursos de caixa para fazer frente às obrigações atuais e futuras, previstas ou não, assim como novas exigências de garantias, sem afetar suas operações ou sua posição financeira. A gestão do risco de liquidez, no âmbito dos ativos financeiros, tem como principal objetivo monitorar os prazos de liquidação dos instrumentos financeiros da carteira de investimentos da Companhia e suas controladas.

O risco de liquidez de curto prazo é controlado utilizando o *Modelo de Miller-Orr*. A liquidez de longo prazo é monitorada através do gerenciamento de ativos e passivos (*ALM – Assets and Liabilities Management*) definido na Política de Investimentos e aprovado em Comitê de Investimentos interno.

As tabelas a seguir apresentam os ativos e passivos financeiros detidos pela Companhia classificados segundo os prazos de vencimento contratuais dos fluxos de caixa, sem considerar a intenção de negociação ou marcação desses ativos.

<b>31/12/2013</b>			
<b>Ativo</b>	<b>Até 1 ano</b>	<b>Acima de 1 ano</b>	<b>Total</b>
Caixa e Bancos.....	36.009	-	36.009
Aplicações.....	3.344.022	5.981.458	9.325.480
Créditos das Operações .....	168.450	500	168.950
Ativos de Resseguros - Provisões Técnicas.....	8.316	-	8.316
Títulos e Créditos a Receber.....	44.763	161.621	206.384
Outros Valores e Bens.....	38.869	-	38.869
<b>Total do Ativo Financeiro.....</b>	<b>3.640.429</b>	<b>6.143.579</b>	<b>9.784.008</b>
<b>Passivo</b>	<b>Até 1 ano</b>	<b>Acima de 1 ano</b>	<b>Total</b>
Provisões Técnicas.....	1.257.414	7.798.020	9.055.434
Contas a pagar.....	144.992	144.433	289.425
Débitos de operações com seguros e resseguros .....	46.439	-	46.439
Débitos de operações com previdência complementar.....	1.507	-	1.507
Débitos de operações com capitalização.....	11.895	-	11.895
Depósito de Terceiros.....	26.491	-	26.491
<b>Total do Passivo Financeiro.....</b>	<b>1.488.738</b>	<b>7.942.453</b>	<b>9.431.191</b>
<b>31/12/2012</b>			
<b>Ativo</b>	<b>Até 1 ano</b>	<b>Acima de 1 ano</b>	<b>Total</b>
Caixa e Bancos.....	22.649	-	22.649
Aplicações.....	3.588.876	4.862.506	8.451.382
Créditos das Operações .....	173.813	1.580	175.393
Ativos de Resseguros - Provisões Técnicas.....	4.518	-	4.518
Títulos e Créditos a Receber.....	34.675	138.761	173.436
<b>Total do Ativo Financeiro.....</b>	<b>3.824.531</b>	<b>5.002.847</b>	<b>8.827.378</b>
<b>Passivo</b>	<b>Até 1 ano</b>	<b>Acima de 1 ano</b>	<b>Total</b>
Provisões Técnicas.....	1.264.854	6.617.925	7.882.779
Contas a pagar.....	178.720	157.479	336.199
Débitos de operações com seguros e resseguros .....	83.930	-	83.930
Débitos de operações com previdência complementar.....	1.498	-	1.498
Depósitos de terceiros.....	17.666	-	17.666
<b>Total do Passivo Financeiro.....</b>	<b>1.546.668</b>	<b>6.775.404</b>	<b>8.322.072</b>

## Outros riscos corporativos

**Risco Operacional** - É definido como a possibilidade de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas ou de eventos externos. Inclui o risco associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados, bem como as indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela Companhia e suas controladas.

**Risco Legal e Compliance** - É o risco de perda resultante do não cumprimento das leis e/ou regulamentações, perda de reputação e má formalização de operações. Podem ser: risco de operações em desacordo com as políticas e procedimentos internos; risco de lavagem de dinheiro; riscos de contratos; riscos de fraudes ou risco com órgãos reguladores. Os departamentos jurídico e *Compliance* da Companhia contribuem ativamente através da emissão de pareceres de como evitar riscos legais e de *Compliance* em nossas operações.

O processo de gerenciamento dos riscos operacional, legal e *compliance* estão desenhado de forma a que os riscos sejam identificados, mensurados, reduzidos, acompanhados e reportados, sendo constituído pelas seguintes etapas:

Identificação – Consiste em identificar os riscos inerentes às atividades da Companhia e suas controladas, contemplando a avaliação dos produtos, serviços, processos e objetivos;

Mensuração – Consiste em obter informações que permitam a mensuração de acordo com os níveis de exposição (alto, médio e baixo) baseado na ponderação entre o impacto x frequência por evento;

Redução – Representa as medidas tomadas pela Companhia e suas controladas para redução de riscos através de ações que minimizem o impacto no caso de ocorrências adversas. Contempla também a verificação da efetividade dos controles internos;

Acompanhamento – A Companhia e suas controladas acompanham a efetividade dos controles internos através de testes que garantam a eficácia destes na redução dos riscos a que a Companhia e suas controladas estão expostas;

Comunicação – Contempla todas as atividades voltadas à divulgação de informações sobre riscos e controles comunicados tempestivamente e permeados por toda a Companhia e suas controladas.

A gestão dos riscos é formalizada e consolidada através da Matriz de Riscos e Controles, que tem como objetivo fornecer uma visão dos riscos aos quais as atividades e negócios da Companhia e suas controladas estão sujeitos e os controles adotados para controlar tais riscos, e através dos registros de eventos e exceções autorizadas, como se segue:

Matrizes de riscos: permitem à Companhia e suas controladas identificar, avaliar, tratar, controlar, consolidar e monitorar os riscos aos quais as atividades e negócios estão sujeitos. Tais matrizes são periodicamente revisadas, visando sua constante atualização. Nessas matrizes os riscos são identificados e listados por área, juntamente aos controles envolvendo cada evento. Cada risco e controle trazem informações qualitativas permitindo, desta forma, a classificação de cada processo de acordo com os níveis de exposição (alto, baixo ou médio), informando ainda o tipo de risco;

Registros de eventos: Considerados riscos efetivamente materializados e que podem resultar em perdas. Riscos de menor nível de exposição podem ser autorizados através de Relatórios de *Compliance* ou em Estudo de Risco relativo a negócios específicos, desde que atendam às necessidades de flexibilização de padrões ou regras de negócios, porém devem acontecer dentro de parâmetros previamente definidos, com políticas internas e devidamente autorizado por quem tenha competência definida para tal. O registro dos eventos serve para acompanhar a conformidade dos processos e exposição aos riscos a que as atividades cotidianas estão sujeitas, ou mesmo nos quais venham a incorrer, para estabelecer e praticar controles internos e planos de ação que reduzam os respectivos riscos e corrijam as deficiências.

Estes procedimentos visam também à documentação e armazenamento de tais informações para formação de banco de dados sobre perdas operacionais. Tais informações permitirão à Companhia e suas controladas adotarem abordagens e métodos mais eficazes na gestão do referido risco. No entanto, eventuais perdas constatadas ao longo do processo podem ser observadas e após devidamente registradas, são comunicadas à área de *Compliance* e Controles Internos da Companhia e de suas controladas.

### **Risco de Subscrição**

Seguros - A Subscrição de Riscos da Companhia têm por objetivo da suporte na conquista e renovação de apólices, mantendo os riscos bem administrados pela seguradora garantindo assim sua solvência e proporcionando lucro aos acionistas. Nossa política de aceitação visa selecionar de forma criteriosa os proponentes dos nossos seguros, aplicando regras e

diretrizes determinadas por nossa área atuarial e mediante análises médicas e econômicas capazes de determinar a aceitação ou não das propostas das propostas. Controlando o Risco de Subscrição com as políticas, regras e diretrizes existentes, a companhia visa manter o equilíbrio técnico-financeiro da sua carteira de negócios, perpetuando assim a capacidade de gerenciar os riscos evitando, inclusive, a absorção de riscos não desejáveis.

Capitalização - Os títulos de capitalização têm prazo de vigência de médio e longo prazo, por isso, utilizamos algumas premissas baseadas nas experiências de persistência da nossa carteira e atuariais para realizar a gestão dos riscos envolvidos. Os riscos podem ser listados em: Risco de sorteio, que implica na possibilidade da empresa pagar prêmios de títulos sorteados nos produtos comercializados com series abertas. Risco de persistência, que implica na estimativa da quantidade de parcelas que são pagas pelo cliente durante a vigência do título. Risco de cancelamento, que implica na devolução integral das parcelas pagas pelos clientes no caso de problemas gerados no momento da venda. Risco de garantir a rentabilidade pré-definida para as reservas matemáticas aprovadas nas condições gerais dos títulos de capitalização. A empresa monitora e avalia os riscos por meio de políticas de subscrição e alçadas e adequação das provisões técnicas. O risco de sorteio é monitorado pelo acompanhamento do histograma de risco das series abertas comercializadas.

### Risco por Região e Ramo - Seguros

O quadro abaixo demonstra a concentração de risco por região e por ramo, baseado nos prêmios ganhos no período:

	31/12/2013											
	Centro Oeste		Nordeste		Norte		Sudeste		Sul		Total	
	R\$ mil	%	R\$ mil	%	R\$ mil	%	R\$ mil	%	R\$ mil	%	R\$ mil	%
Vida em Grupo.....	50.146	5,72%	46.710	5,33%	477	0,05%	158.689	18,09%	265.393	30,26%	521.415	59,44%
Prestamista.....	8.103	0,92%	527	0,06%	-	0,00%	10.140	1,16%	152.686	17,41%	171.456	19,55%
DPVAT.....	11.321	1,29%	20.288	2,31%	5.953	0,68%	54.308	6,19%	23.873	2,72%	115.743	13,20%
Acidentes Pessoais.....	595	0,07%	694	0,08%	26	0,00%	10.455	1,19%	12.040	1,37%	23.810	2,71%
Vida Individual.....	29	0,00%	1.884	0,21%	-	0,00%	32.053	3,65%	884	0,10%	34.850	3,97%
Outros.....	136	0,02%	436	0,05%	-	0,00%	2.917	0,33%	6.403	0,73%	9.892	1,13%
Total.....	70.330	8,02%	70.539	8,04%	6.456	0,73%	268.562	30,61%	461.279	52,59%	877.166	100,00%

	31/12/2012											
	Centro Oeste		Nordeste		Norte		Sudeste		Sul		Total	
	R\$ mil	%	R\$ mil	%	R\$ mil	%	R\$ mil	%	R\$ mil	%	R\$ mil	%
Vida em Grupo.....	48.068	4,35%	41.135	3,72%	-	0,00%	122.022	11,04%	232.342	21,02%	443.567	40,12%
Prestamista.....	4.786	0,43%	425	0,04%	-	0,00%	395.872	35,81%	104.807	9,48%	505.890	45,76%
DPVAT.....	10.236	0,93%	17.473	1,58%	5.410	0,49%	47.361	4,28%	20.475	1,85%	100.955	9,13%
Acidentes Pessoais.....	737	0,07%	510	0,05%	-	0,00%	7.025	0,64%	10.082	0,91%	18.354	1,66%
Vida Individual.....	29	0,00%	1.825	0,17%	-	0,00%	26.414	2,39%	264	0,02%	28.532	2,58%
Outros.....	172	0,02%	400	0,04%	-	0,00%	2.298	0,21%	5.366	0,50%	8.236	0,75%
Total.....	64.028	5,80%	61.768	5,60%	5.410	0,49%	600.992	54,37%	373.336	33,78%	1.105.534	100,00%

## 5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

As exposições máximas ao risco de crédito, bem como os riscos de mercado e de liquidez dos ativos financeiros da Companhia e de suas controladas estão descritos na nota 4.3 As composições dos ativos financeiros detidos pela Companhia e suas controladas estão demonstradas a seguir:

## 5.1 Composição das Aplicações Financeiras

Descrição	31/12/2013			31/12/2012		
	Valor Contábil	Valor de Mercado	Taxa média de juros %	Valor Contábil	Valor de Mercado	Taxa média de juros %
Ações.....	443.012	443.012	4,75%	-	-	5,19%
Letras do Tesouro Nacional - LTN.....	1.021.969	1.021.969	10,96%	1.064.666	1.064.666	12,60%
Letras Financeiras do Tesouro - LFT.....	1.263.836	1.263.836	13,55%	751.156	751.156	8,89%
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F.....	20.293	20.293	0,22%	6.997	6.997	0,08%
Notas do Tesouro Nacional - NTN-C.....	224.727	224.727	2,41%	261.174	261.174	3,09%
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B.....	1.214.005	1.214.005	13,02%	1.079.558	1.079.558	12,77%
Operações Compromissadas.....	1.141.597	1.141.597	12,24%	1.023.569	1.023.569	12,11%
Letras Financeiras - LF IGPM.....	9.973	9.973	0,11%	10.166	10.166	0,12%
Letras Financeiras - LF IPCA.....	10.307	10.307	0,11%	-	-	0,00%
Letras Financeiras - LF CDI.....	484.238	484.238	5,19%	386.996	386.996	4,58%
Certificados de Depósitos Bancários a Prazo - CDI.....	310.574	310.574	3,33%	347.689	347.689	4,11%
Certificados de Depósitos Bancários a Prazo - TR.....	102.343	102.343	1,10%	51.740	51.740	0,61%
Debêntures de Distribuição Pública IPCA.....	104.832	104.832	1,12%	83.555	83.555	0,98%
Debêntures de Distribuição Pública IGPM.....	-	-	0,00%	140	140	0,00%
Debêntures de Distribuição Pública CDI.....	495.443	495.443	5,31%	433.409	433.409	5,13%
Debêntures de Distribuição Pública Pré.....	3.525	3.525	0,04%	3.245	3.245	0,04%
Depósito a Prazo com Garantia Especial - CDI.....	39.137	39.137	0,42%	20.775	20.775	0,25%
Depósito a Prazo com Garantia Especial - IPCA.....	-	-	0,00%	722	722	0,01%
Certificado de Recibo Imobiliário - IGPM.....	689	689	0,01%	1.244	1.244	0,01%
Certificado de Recibo Imobiliário - IPCA.....	16.001	16.001	0,17%	17.003	17.003	0,20%
Fundos de Investimento de Direitos Creditórios - FIDC.....	123.008	123.008	1,32%	110.563	110.563	1,31%
Fundos de Investimento de Renda Fixa.....	35.143	35.143	0,38%	47.161	47.161	0,56%
Fundos de Investimento Multimercado.....	3.339	3.339	0,04%	6.805	6.805	0,08%
Fundos de Investimento Referenciado - RF.....	178.783	178.783	1,92%	109.750	109.750	1,30%
Fundos de Investimento de Curto Prazo.....	1.100	1.100	0,01%	6.473	6.473	0,08%
Fundos de Investimento de Ações.....	32.438	32.438	0,35%	30.640	30.640	0,36%
Fundos de Investimento não Exclusivos.....	858.877	858.877	9,21%	980.875	980.875	11,61%
Outras Aplicações.....	(1.449)	(1.449)	-0,02%	(322)	(322)	0,00%
<b>Categoria I - Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado</b>	<b>8.137.740</b>	<b>8.137.740</b>	<b>87,26%</b>	<b>7.274.471</b>	<b>7.274.471</b>	<b>86,07%</b>
Letras Financeiras do Tesouro - LFT.....	46.082	46.082	0,49%	-	-	0,00%
Notas do Tesouro Nacional - IGPM.....	289.386	289.386	3,09%	969.068	969.068	11,47%
Notas do Tesouro Nacional - IPCA.....	558.139	558.139	5,95%	-	-	0,00%
Notas do Tesouro Nacional - Pré.....	149.219	149.219	1,59%	-	-	0,00%
<b>Categoria II - Títulos Disponíveis para Venda</b>	<b>1.042.826</b>	<b>1.042.826</b>	<b>11,18%</b>	<b>969.068</b>	<b>969.068</b>	<b>11,47%</b>
<b>Total no Circulante</b>	<b>9.180.566</b>	<b>9.180.566</b>	<b>98,45%</b>	<b>8.243.539</b>	<b>8.243.539</b>	<b>97,54%</b>
Quotas de Fundos de Investimento- Não Exclusivos Bloqueio Judicial.....	3.472	3.472	0,04%	3.484	3.484	0,04%
Letras Financeiras do Tesouro - LFT.....	466	466	0,00%	2.979	2.979	0,04%
Operações Compromissadas.....	793	793	0,01%	-	-	0,00%
<b>Categoria I - Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado</b>	<b>4.731</b>	<b>4.731</b>	<b>0,05%</b>	<b>6.463</b>	<b>6.463</b>	<b>0,08%</b>
Notas do Tesouro Nacional - NTN.....	-	-	0,00%	762	762	0,01%
Letras Financeiras do Tesouro - LFT.....	-	-	0,00%	67.454	67.454	0,80%
<b>Categoria II - Títulos Disponíveis para Venda</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>0,00%</b>	<b>68.216</b>	<b>68.216</b>	<b>0,81%</b>
Notas do Tesouro Nacional - NTN.....	140.183	189.783	1,50%	133.164	230.185	1,58%
<b>Categoria III - Títulos Mantidos até o Vencimento</b>	<b>140.183</b>	<b>189.783</b>	<b>1,50%</b>	<b>133.164</b>	<b>230.185</b>	<b>1,58%</b>
<b>Total no Não Circulante</b>	<b>144.914</b>	<b>194.514</b>	<b>1,55%</b>	<b>207.843</b>	<b>304.864</b>	<b>2,46%</b>

Em 31 de dezembro de 2013 o valor avaliado pela “curva” dos títulos disponíveis para venda monta a R\$ 1.073.886 (R\$ 884.585 em 31 de dezembro de 2012). Dessa forma, os ganhos e perdas não realizados, registrados como ajustes de Avaliação Patrimonial, montam a perda R\$ 31.060 (ganho de R\$ 152.699 em 31 de dezembro de 2012).

As quotas de fundos de investimentos estão valorizadas pelos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras dos respectivos fundos.

Os vencimentos das aplicações financeiras dos títulos e valores mobiliários estão distribuídos da seguinte forma:

	2013		2012	
	Valor Contábil	Valor de Mercado	Valor Contábil	Valor de Mercado
Até 1 ano.....	2.039.361	2.039.361	2.741.009	2.741.009
De 1 a 5 anos.....	3.992.896	3.992.896	2.301.973	2.301.973
Acima de 5 anos.....	1.989.308	2.038.908	2.125.271	2.222.292
Sem Vencimento.....	1.303.915	1.303.915	1.283.129	1.283.129
<b>Total</b>	<b>9.325.480</b>	<b>9.375.080</b>	<b>8.451.382</b>	<b>8.548.403</b>



## 5.2 Movimentação dos Instrumentos Financeiros

	<b>Valor justo por meio de resultado</b>	<b>Disponível para venda</b>	<b>Mantidos até o vencimento</b>	<b>Total</b>
<b>Saldo em 31/12/2011</b>	<b>5.556.931</b>	<b>992.828</b>	<b>123.901</b>	<b>6.673.660</b>
Aplicação.....	4.977.999	6.373	-	4.984.372
Aplicação em Títulos.....	1.041.050	934.699	-	1.975.749
Resgate.....	(4.082.649)	(44.230)	-	(4.126.879)
Resgate em Títulos.....	(934.699)	(1.041.050)	-	(1.975.749)
Recebimento juros + principal.....	147.780	(135.798)	(11.982)	-
Rentabilidade.....	574.522	324.462	21.245	920.229
<b>Saldo em 31/12/2012</b>	<b>7.280.934</b>	<b>1.037.284</b>	<b>133.164</b>	<b>8.451.382</b>
Aplicação.....	5.416.132	1.594	-	5.417.726
Aplicação em Títulos.....	297.713	470.588	-	768.301
Resgate.....	(4.573.097)	(27.427)	-	(4.600.524)
Resgate em Títulos.....	(470.587)	(297.713)	-	(768.300)
Recebimento juros + principal.....	71.326	(58.540)	(12.786)	-
Rentabilidade.....	120.050	(82.960)	19.805	56.895
<b>Saldo em 31/12/2013</b>	<b>8.142.471</b>	<b>1.042.826</b>	<b>140.183</b>	<b>9.325.480</b>

## 5.3 Critérios Adotados na Determinação do Valor Justo

Os ativos mantidos em carteira com administração própria ou nos fundos de investimento exclusivos são avaliados a valor justo, utilizando-se preços negociados em mercados ativos e índices divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais – ANBIMA e pela BM&FBOVESPA, exceto para os títulos classificados como mantidos até o vencimento, que são atualizados pelos indexadores e taxas pactuadas por ocasião de suas aquisições. Os ativos foram classificados por níveis de hierarquia de mensuração a valor justo, sendo:

Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2: inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);

Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Segue-se a composição das aplicações financeiras classificados por níveis de hierarquia de mensuração a valor justo:

	31/12/2013			31/12/2012		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Ações	443.012	-	443.012	438.722	-	438.722
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	1.021.969	1.021.969	-	1.064.666	1.064.666
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	1.310.384	1.310.384	-	821.589	821.589
Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	2.595.952	2.595.952	-	2.450.723	2.450.723
Operações Compromissadas	-	1.142.390	1.142.390	-	1.023.569	1.023.569
Letras Financeiras - LF	-	504.518	504.518	-	397.162	397.162
Certificados de Depósitos Bancários a Prazo - CDB	-	412.917	412.917	-	399.429	399.429
Debêntures de Distribuição Pública	-	603.800	603.800	-	520.349	520.349
Depósito a Prazo com Garantia Especial - DPGE	-	39.137	39.137	-	21.497	21.497
Certificado de Recibo Imobiliário - CRI	-	16.690	16.690	-	18.247	18.247
Fundos de Investimento de Direitos Creditórios - FIDC	-	123.008	123.008	-	110.563	110.563
Fundos de Investimento de Renda Fixa	-	35.143	35.143	-	170.189	170.189
Fundos de Investimento Multimercado	-	3.339	3.339	-	-	-
Fundos de Investimento Referenciado - RF	-	178.783	178.783	-	-	-
Fundos de Investimento de Curto Prazo	-	1.100	1.100	-	-	-
Fundos de Investimento de Ações	-	32.438	32.438	-	30.640	30.640
Fundos de Investimento não Exclusivos	-	862.349	862.349	-	984.359	984.359
Outras Aplicações	-	(1.449)	(1.449)	-	(322)	(322)
	<b>443.012</b>	<b>8.882.468</b>	<b>9.325.480</b>	<b>438.722</b>	<b>8.012.660</b>	<b>8.451.382</b>

## 6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia e sua controlada Icatu Capitalização S.A. possuíam os seguintes instrumentos financeiros derivativos em fundos exclusivos, representados por contratos futuros de taxa média de depósitos interfinanceiros de um dia (DI1) negociado na Bolsa de Mercadorias e Futuros (BM&F) e *swap* contratado em mercado de balcão:

31/12/2013							
Futuro	Posição	Vencimento	Indexador de referência	Quantidade	PU em Reais	Valor Total	Objetivo
DI1	Comprado	04/01/2016	DI1	14	80.228	1.123	Hedge Taxa pré fixada
DI1	Vendido	01/07/2014	DI1	223	95.299	21.252	Hedge Taxa pré fixada
DI1	Vendido	04/01/2021	DI1	11	42.425	467	Hedge Taxa pré fixada
DI1	Vendido	02/01/2015	DI1	23	90.324	2.077	Hedge Taxa pré fixada
BGI	Vendido	31/01/2014	BGI	(239)	37.109	(8.869)	Hedge Commodities
BGI	Comprado	30/05/2014	BGI	99	35.973	3.561	Hedge Commodities
BRI	Vendido	03/02/2014	IBrX-50	(32,88)	87.540	(2.878)	Hedge Índice
DI1	Comprado	02/01/2014	CDI	43	99.926	4.297	Hedge Taxa pré fixada
DI1	Vendido	01/04/2014	CDI	(1.024)	97.617	(99.960)	Hedge Taxa pré fixada
DI1	Vendido	01/07/2014	CDI	(2.177)	95.299	(207.466)	Hedge Taxa pré fixada
DI1	Comprado	01/07/2014	CDI	14	95.312	1.334	Hedge Taxa pré fixada
DI1	Comprado	02/01/2015	CDI	2.035	90.324	183.809	Hedge Taxa pré fixada
DI1	Vendido	02/01/2015	CDI	(873)	90.329	(78.857)	Hedge Taxa pré fixada
DI1	Vendido	01/04/2015	CDI	(527)	87.902	(46.324)	Hedge Taxa pré fixada
DI1	Vendido	01/07/2015	CDI	(1.418)	85.373	(121.059)	Hedge Taxa pré fixada
DI1	Comprado	04/01/2016	CDI	904	80.228	72.526	Hedge Taxa pré fixada
DI1	Vendido	04/01/2016	CDI	(1.330)	80.230	(106.706)	Hedge Taxa pré fixada
DI1	Vendido	01/07/2016	CDI	(628)	75.311	(47.295)	Hedge Taxa pré fixada
DI1	Vendido	02/01/2017	CDI	(545,95)	70.649	(38.571)	Hedge Taxa pré fixada
DI1	Comprado	02/01/2017	CDI	195	70.650	13.777	Hedge Taxa pré fixada
DI1	Vendido	03/07/2017	CDI	(2.815)	66.320	(186.691)	Hedge Taxa pré fixada
DI1	Vendido	04/01/2021	CDI	(284)	42.425	(12.049)	Hedge Taxa pré fixada
DI1	Vendido	02/01/2023	CDI	(35)	32.888	(1.151)	Hedge Taxa pré fixada
DOL	Vendido	02/01/2014	DOL	(10)	117.130	(1.171)	Hedge Moeda
DOL	Comprado	03/02/2014	DOL	120	119.071	14.289	Hedge Moeda
EUR	Vendido	03/02/2014	EURO	(39)	164.314	(6.408)	Hedge Moeda
IND	Comprado	12/02/2014	IBOVESPA	40	51.791	2.072	Hedge Índice
ISP	Comprado	21/03/2014	S&P 500	1	216.345	216	Hedge Índice
MXN	Comprado	03/02/2014	PESO MEX	30	136.164	4.085	Hedge Moeda
WDO	Comprado	03/02/2014	DOL MINI	149	23.814	3.548	Hedge Moeda
WIN	Comprado	12/02/2014	IBOVESPA MINI	34	10.358	352	Hedge Índice

**Swap**

Data de Aquisição	Vencimento	Indexador Passivo	Indexador Ativo	Valor Inicial em R\$ mil	Valor Ativo em R\$	Valor Passivo	Apropriação Acumulada em R\$
15/08/2013	15/08/2014	CDI	IPCA	4.700	4.861	4.859	2
15/08/2013	15/08/2014	IPCA	CDI	4.700	4.859	4.853	6
22/08/2013	15/08/2014	IPCA	CDI	964	995	998	(3)
23/08/2013	15/08/2014	IPCA	CDI	4.900	5.056	5.064	(8)
23/08/2013	15/08/2014	CDI	IPCA	964	996	995	1
28/08/2013	15/08/2014	IPCA	CDI	3.200	3.299	3.300	(1)
04/09/2013	15/08/2014	IPCA	CDI	1.200	1.235	1.238	(3)
18/09/2013	15/08/2014	IPCA	CDI	9.000	9.232	9.236	(4)
20/09/2013	15/08/2014	CDI	IPCA	18.300	18.767	18.760	7
25/10/2013	15/05/2015	IPCA	CDI	7.443	7.565	7.592	(27)
18/12/2013	15/05/2015	CDI	IPCA	11.940	12.003	11.975	28
25/10/2013	02/01/2014	IGPM	CDI	6.500	6.606	6.612	(6)
25/10/2013	02/01/2014	IGPM	CDI	20.400	20.734	20.760	(26)
28/10/2013	02/01/2014	IGPM	CDI	6.900	7.011	7.021	(10)
28/10/2013	02/01/2014	IGPM	CDI	14.800	15.037	15.061	(24)
28/10/2013	15/05/2015	IPCA	CDI	4.466	4.538	4.558	(20)
14/08/2009	14/08/2014	CDI	TR + 9.815%	70.000	77.287	74.003	3.284

31/12/2012							
Futuro	Posição	Vencimento	Indexador de referência	Quantidade	PU em Reais	Valor Total	Objetivo
DI1	Comprado	02/01/2015	CDI	693	86.095	59.664	Hedge papel pré fixado
DI1	Comprado	02/01/2017	CDI	1	72.294	72	Hedge papel pré fixado
DI1	Vendido	02/01/2013	CDI	(2.401)	99.947	(239.972)	Hedge papel pré fixado
DI1	Vendido	01/04/2013	CDI	(50)	98.336	(4.917)	Hedge papel pré fixado
DI1	Vendido	01/07/2013	CDI	(993)	96.659	(95.983)	Hedge papel pré fixado
DI1	Vendido	02/01/2014	CDI	(730)	93.284	(68.097)	Hedge papel pré fixado
DI1	Vendido	01/04/2014	CDI	(1.141)	91.651	(104.574)	Hedge papel pré fixado
DI1	Vendido	01/07/2014	CDI	(1.003)	89.946	(90.215)	Hedge papel pré fixado
DI1	Vendido	04/01/2016	CDI	(1.505)	78.916	(118.769)	Hedge papel pré fixado
DI1	Vendido	02/01/2019	CDI	(21)	60.401	(1.268)	Hedge papel pré fixado
DI1	Vendido	01/02/2016	DI1	(38)	78.916	(2.999)	Hedge papel pré fixado
DI1	Comprado	01/02/2015	DI1	27	86.095	2.325	Hedge papel pré fixado
DI1	Vendido	01/11/2014	DI1	(36)	89.946	(3.238)	Hedge papel pré fixado
IND	Vendido	13/02/2013	IBOVESPA	(35)	61.287	(2.145)	Hedge Índice
WIN	Comprado	13/02/2013	IBOVESPA	55	12.257	674	Hedge Índice
OPD DOL - PUT	Vendido	01/02/2013	OPD DOL	(3)	102.682	(308)	-
IDI	Comprado	02/10/2013	CDI	576	206	119	-
Opção - D13	Comprado	02/01/2013	DI1	89	-	-	-

#### Swap

Data de Aquisição	Vencimento	Indexador Passivo	Indexador Ativo	Valor Inicial em R\$ mil	Valor Ativo em R\$	Valor Passivo	Apropriação Acumulada em R\$
17/12/2012	15/05/2013	IPCA	DI	1.200	1.203	1.205	(2)
17/12/2012	15/05/2013	CDI	IPCA + 0,41%	1.200	1.205	1.203	2
24/10/2012	02/01/2013	CDI	IGPM + 3,5357%	3.000	3.039	3.037	2
09/11/2012	02/01/2013	CDI	IGPM + 2,978%	3.765	3.804	3.800	4
12/11/2012	02/01/2013	IGPM	DI	3.000	3.027	3.034	(7)
07/12/2012	07/01/2013	CDI	IGPM - 0,01%	600	603	602	1
14/08/2009	18/02/2013	CDI	TR + 8,6638%	70.000	98.229	95.882	2.347
14/08/2009	14/08/2014	CDI	TR + 7,4285%	50.000	72.607	68.487	4.120

## 7. PRÊMIOS A RECEBER

A composição dos Prêmios a receber é demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Prestamistas.....	23.395	45.620
Acidentes Pessoais.....	2.653	1.919
Vida em Grupo.....	49.128	48.165
Vida Individual.....	3.968	4.047
<b>Total de Prêmios a Receber</b>	<b><u>79.144</u></b>	<b><u>99.751</u></b>
Redução do Valor Recuperável.....	(4.149)	(4.499)
<b>Total</b>	<b><u>74.995</u></b>	<b><u>95.252</u></b>

A movimentação dos prêmios a receber, compõe-se como se segue:

<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2011</b>	<b>63.574</b>
(+) Prêmios Emitidos.....	2.022.774
(+) Custo de Apólice e IOF.....	3.425
(-) Prêmios Cancelados.....	(100.454)
(-) Recebimentos.....	(1.894.073)
Constituição/Reversão de Provisão para Perda.....	6
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2012</b>	<b>95.252</b>
(+) Prêmios Emitidos.....	1.927.015
(+) Custo de Apólice e IOF.....	3.013
(-) Prêmios Cancelados.....	(137.773)
(-) Recebimentos.....	(1.812.862)
Constituição/Reversão de Provisão para Perda.....	350
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2013</b>	<b>74.995</b>

A movimentação da provisão para perda nos prêmios a receber compõe-se como se segue:

<b>Saldo em 31 de dezembro de 2011</b>	<b>(4.505)</b>
(+) Constituição.....	(2.506)
(-) Reversão.....	2.512
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2012</b>	<b>(4.499)</b>
(+) Constituição.....	(8.499)
(-) Reversão.....	8.849
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>(4.149)</b>

### 7.1 Idade dos Prêmios a Receber

Os prêmios a receber por vencimento, líquidos da redução ao valor recuperável, estão distribuídos da seguinte forma:

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
<b>A vencer</b>		
De 1 até 30 dias.....	69.375	88.706
<b>Vencidos</b>		
1 até 30 dias.....	4.145	5.199
31 até 60 dias.....	991	822
61 até 120 dias.....	126	86
121 até 180 dias.....	37	85
181 até 365 dias.....	155	82
mais de 365 dias.....	166	272
<b>Total</b>	<b><u>74.995</u></b>	<b><u>95.252</u></b>

## 8. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

Os créditos tributários e previdenciários são compostos da seguinte forma:

	Circulante		Não Circulante	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
<b>Imposto de Renda Diferido</b>	-	<b>10</b>	<b>43.038</b>	<b>47.647</b>
Prejuízos Fiscais.....	-	10	3.338	1.823
Diferenças Temporárias.....	-	-	39.700	45.824
<b>Contribuição Social Diferida</b>	-	-	<b>24.950</b>	<b>27.993</b>
Base Negativa.....	-	-	1.203	657
Diferenças Temporárias.....	-	-	23.747	27.336
<b>Impostos a Recuperar</b>	<b>13.685</b>	<b>7.076</b>	<b>71</b>	<b>71</b>
Imposto de Renda.....	6.132	1.461	-	-
Contribuição Social.....	3.501	2.158	71	71
COFINS.....	1.323	2.572	-	-
PIS	297	592	-	-
Outros.....	2.432	293	-	-
	<b>13.685</b>	<b>7.086</b>	<b>68.059</b>	<b>75.711</b>

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia e suas controladas possuíam prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social acumulados nos montantes de R\$ 3.338 e R\$ 1.203 (R\$ 1.823 e R\$ 657 em 31 de dezembro de 2012), respectivamente. Os prejuízos fiscais e a base negativa de contribuição social são compensáveis anualmente, à razão de 30% dos lucros tributáveis, sendo ambos imprescritíveis.

Os anos de formação do prejuízo fiscal e de base negativa de contribuição social são como se segue:

	Prejuízo Fiscal	Base Negativa
Até 2001.....	9.158	9.158
2002.....	9.508	9.508
2003.....	7.632	7.632
2004.....	14.536	14.536
2005.....	3.914	3.914
2006.....	164	164
2007.....	1.540	1.540
2008.....	1.050	1.050
2009.....	569	569
2010.....	479	479
2011.....	2.461	2.461
2012.....	2.061	2.061
2013	4.000	4.000
<b>Saldo.....</b>	<b>57.072</b>	<b>57.072</b>

Os créditos tributários diferidos das controladas Companhia Brasileira de seguros e Previdência e Icatu Serviços de Administração Previdenciária Ltda, estão classificados no ativo não circulante, nos montantes de R\$ 39.700 e R\$ 23.747 (R\$ 45.824 e R\$ 27.336 em 31 de dezembro de 2012), sendo originados principalmente de adições temporárias e compostos, em sua maioria, de provisões judiciais fiscais. Em razão destas ações estarem em trâmite nos tribunais superiores e não existir previsão para trânsito em julgado torna-se inviável uma projeção de prazo para realização destes créditos, mesmo considerando o histórico positivo de geração de lucros tributáveis pela Companhia, que são suficientemente capazes de absorvê-los.

<b>Imposto de Renda/Contribuição Social</b>	<b>31/12/2013</b>	<b>31/12/2012</b>
Ajuste TVM - Títulos disponíveis para Venda	31.814	-
Contingências Trabalhistas	3.548	4.185
Contingências Cíveis	13.880	13.401
Provisão p/ Crédito de Liquidação Duvidosa	8.112	9.544
Contingências Fiscais	515	515
Participações resultados - PLR	17.427	30.118
Provisão Excedente Técnico	8.734	54.809
Outras provisões - Agio	16.208	13.292
Fundo de Marketing	1.602	1.771
Outras Receitas (Atualização depósito judicial)	(31.617)	(21.999)
Operação Swap	(5.657)	(6.468)
Cofins Exibilidade Suspensa	71.130	62.946
Pis Exibilidade Suspensa	23.099	21.181
<b>Total das Diferenças Temporárias</b>	<b>158.795</b>	<b>183.295</b>
<b>Alíquota aplicada - CSLL - 9% e 15%</b>	<b>39.700</b>	<b>45.824</b>
<b>Alíquota aplicada - IRPJ- 25%</b>	<b>23.747</b>	<b>27.336</b>

## 9. INVESTIMENTOS

Os investimentos em coligadas são compostos da seguinte forma:

Investimentos	Quantidade de Ações ON	% de Participação	Capital Social	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido do Exercício	Investimento		Resultado Patrimonial	
						31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Brasilcap Capitalização S.A.....	54.010.798	16,67%	79.054	302.661	132.271	44.933	39.240	22.050	27.234
Caixa Capitalização S.A.....	1.958	24,50%	180.000	241.131	160.100	59.077	107.070	39.224	39.229
BMG Seguradora S.A. (ii).....	-	49,00%	-	-	531	-	30.000	561	287
Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT.....	490.113	3,46%	15.000	22.336	873	522	492	13	14
Outros Investimentos.....	-	-	-	-	-	106	106	-	-
<b>Total das Participações Acionárias</b>						<b>104.638</b>	<b>176.908</b>	<b>61.848</b>	<b>66.764</b>
Ágio na aquisição da BMG Seguradora S.A. (i).....	-	-	-	-	-	-	8.671	-	-
Incentivos Fiscais.....	-	-	-	-	-	994	994	-	-
(-) Provisão para Desvalorização.....	-	-	-	-	-	(994)	(994)	-	-
Outros.....	-	-	-	-	-	93	93	-	-
<b>Total de Investimentos</b>						<b>104.731</b>	<b>185.672</b>	<b>61.848</b>	<b>66.764</b>

- (i) Investimento adquirido em março de 2012, com ágio fundamentado por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*), no montante de R\$8.671. O resultado patrimonial, em 31 de dezembro de 2012, contempla apenas a equivalência patrimonial dos meses posteriores ao período de aquisição do investimento.

- (ii) Em 17 de junho de 2013, a Icatu Seguros assinou contrato de venda dos 49% de sua participação na BMG Seguradora S.A. e o saldo de investimentos foi transferido para rubrica de Bens à Venda. Em 27 de janeiro de 2014 foi assinado o Termo de Fechamento ao Contrato de Compra e Venda das ações da BMG Seguradora S.A., consumando assim a venda do referido investimento (Nota 25.1).

Para o cálculo do investimento pelo método de equivalência patrimonial foram utilizadas as respectivas demonstrações financeiras das investidas nas datas base de 31 de dezembro 2013 e 2012.

Apresentamos, a seguir, a movimentação das participações acionárias da Companhia:

	31/12/2013							Saldo em 31/12/2013
	Saldo em 31/12/2012	Ágio	Adições	Baixas	Dividendos/ JSCP	Ajuste TVM	Equivalência Patrimonial	
Brasilcap Capitalização S.A.....	39.240	-	-	-	(16.357)	-	22.050	44.933
Caixa Capitalização S.A.....	107.070	-	-	-	(38.736)	(48.481)	39.224	59.077
BMG Seguradora S.A.....	38.671	-	-	(38.869)	(62)	-	260	-
Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT....	492	-	48	(18)	-	-	-	522
Outros Investimentos.....	106	-	-	-	-	-	-	106
<b>Total</b>	<b>185.579</b>	<b>-</b>	<b>48</b>	<b>(38.887)</b>	<b>(55.155)</b>	<b>(48.481)</b>	<b>61.534</b>	<b>104.638</b>

  

	31/12/2012							Saldo em 31/12/2012
	Saldo em 31/12/2011	Ágio	Adições	Baixas	Dividendos/ JSCP	Ajuste TVM	Equivalência Patrimonial	
Brasilcap Capitalização S.A.....	40.626	-	-	-	(28.620)	-	27.234	39.240
Caixa Capitalização S.A.....	84.326	-	-	-	(32.918)	16.433	39.224	107.070
BMG Seguradora S.A.....	-	8.671	29.907	-	(194)	-	287	38.671
Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT....	498	-	-	(6)	-	-	-	492
Outros Investimentos (Participações acionárias).....	106	-	-	-	-	-	-	106
<b>Total</b>	<b>125.556</b>	<b>8.671</b>	<b>29.907</b>	<b>(6)</b>	<b>(61.732)</b>	<b>16.433</b>	<b>66.750</b>	<b>185.579</b>

## 10. IMOBILIZADO

O ativo imobilizado é composto por bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Companhia e suas controladas, inclusive as benfeitorias em imóveis de terceiros, as quais tendem a beneficiar ao grupo por mais de um exercício:

	Taxa Anual de Depreciação (%)	31/12/2013			31/12/2012
		Custo de Aquisição	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Terrenos.....	-	89	-	89	89
<b>Bens Imóveis</b>		<b>89</b>	<b>-</b>	<b>89</b>	<b>89</b>
Equipamentos.....	10	23.803	(17.912)	5.891	7.089
Móveis, Máquinas e Utensílios.....	10	4.160	(2.761)	1.399	1.514
Veículos.....	20	7	2	9	4
<b>Bens Móveis</b>		<b>27.970</b>	<b>(20.671)</b>	<b>7.299</b>	<b>8.607</b>
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros.....	20	21.182	(17.023)	4.159	2.763
<b>Outras Imobilizações</b>		<b>21.182</b>	<b>(17.023)</b>	<b>4.159</b>	<b>2.763</b>
<b>Total</b>		<b>49.241</b>	<b>(37.694)</b>	<b>11.547</b>	<b>11.459</b>



## 11. INTANGÍVEL

O ativo intangível é composto, principalmente, por gastos com aquisição, desenvolvimento e implantação de sistemas informatizados para uso interno, e estão classificados como softwares, projetos e marcas e patentes, conforme demonstrado abaixo:

		31/12/2013		31/12/2012	
	Taxa Anual de Amortização (%)	Custo de Aquisição	Amortização Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Marcas e Patentes.....	-	183	-	183	183
Softwares.....	20	65.837	(34.510)	31.327	30.254
Projetos.....	20	25.847	(25.847)	-	-
<b>Total</b>		<b>91.867</b>	<b>(60.357)</b>	<b>31.510</b>	<b>30.437</b>

## 12. DEPÓSITOS DE TERCEIROS

Os depósitos de terceiros referem-se, principalmente, a prêmios de seguros, títulos de capitalização e contribuições de previdência pagos pelos segurados e participantes, cujas apólices e certificados ainda não foram emitidos, e a depósitos bancários referentes a recebimentos de prêmios de seguros, títulos de capitalização e contribuições de previdência que ainda não foram identificados. A idade dos Depósitos de Terceiros está distribuída da seguinte forma:

	31/12/2013	31/12/2012
1 até 30 dias.....	11.175	9.735
31 até 60 dias.....	6.409	969
61 até 120 dias.....	5.983	1.113
121 até 180 dias.....	1.435	918
181 até 365 dias.....	545	4.654
mais de 365 dias.....	944	277
<b>Total</b>	<b>26.491</b>	<b>17.666</b>

## 13. PROVISÕES TÉCNICAS E CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS – SEGUROS E RESSEGUROS

As provisões técnicas e os custos de aquisição diferidos, por ramo, estão demonstrados a seguir:

31/12/2013					
Provisões Técnicas - Seguros	Danos (*)	Pessoas	Vida com		Total
			Vida Individual	Cobertura por Sobrevivência	
<b>Circulante</b>					
Prêmios não Ganhos.....	-	41.599	2.660	-	44.259
Prêmios não Ganhos - RVNE.....	-	18.564	100	-	18.664
Sinistros a Liquidar .....	30.709	194.392	448	13	225.562
Sinistros Ocorridos mas não Avisados.....	25.275	197.074	-	-	222.349
Benefícios Concedidos.....	-	-	24	912	936
Eventos Ocorridos mas não Avisados.....	-	-	6.540	-	6.540
Benefícios a Regularizar.....	-	-	2.617	-	2.617
Provisão para Despesas Relacionadas.....	251	624	-	-	875
Excedente Técnico.....	-	39.446	-	-	39.446
Resgates e/ou Outros Valores a Regularizar ....	-	-	10.951	12.445	23.396
	<b>56.235</b>	<b>491.699</b>	<b>23.340</b>	<b>13.370</b>	<b>584.644</b>
<b>Não Circulante</b>					
Prêmios não Ganhos.....	-	48.676	-	-	48.676
Benefícios a Conceder.....	-	-	668	3.171.181	3.171.849
Benefícios Concedidos.....	-	-	180	7.227	7.407
Provisão para Despesas Relacionadas.....	-	-	10	7	17
Excedente Técnico.....	-	2.356	-	-	2.356
	-	<b>51.032</b>	<b>858</b>	<b>3.178.415</b>	<b>3.230.305</b>
31/12/2012					
Provisões Técnicas - Seguros	Danos (*)	Pessoas	Vida com		Total
			Vida Individual	Cobertura por Sobrevivência	
<b>Circulante</b>					
Prêmios não Ganhos.....	5	24.183	-	-	24.188
Prêmios não Ganhos - RVNE.....	406	16.748	-	-	17.154
Sinistros a Liquidar .....	52.421	144.518	-	-	196.939
Sinistros Ocorridos mas não Avisados.....	47.561	227.849	-	-	275.410
Benefícios Concedidos.....	-	-	24	789	813
Riscos não Expirados.....	-	-	475	-	475
Oscilação de Riscos.....	-	-	718	-	718
Eventos Ocorridos mas não Avisados.....	-	-	4.907	-	4.907
Benefícios a Regularizar.....	-	-	2.617	-	2.617
Provisão Complementar de Prêmios .....	-	7.056	17	-	7.073
Provisão para Despesas Administrativas (**). ....	1.339	-	-	-	1.339
Resgates e/ou Outros Valores a Regularizar ....	-	-	10.587	4.388	14.975
	<b>101.732</b>	<b>420.354</b>	<b>19.345</b>	<b>5.177</b>	<b>546.608</b>
<b>Não Circulante</b>					
Prêmios não Ganhos.....	-	16.988	-	-	16.988
Benefícios a Conceder.....	-	-	754	2.329.485	2.330.239
Benefícios Concedidos.....	-	-	188	6.545	6.733
Insuficiência de Prêmios.....	-	-	37	-	37
Provisão para Despesas Administrativas (**). ....	-	-	11	6	17
	-	<b>16.988</b>	<b>990</b>	<b>2.336.036</b>	<b>2.354.014</b>

(\*) DPVAT.

(\*\*) Provisão para Despesas Relacionadas.

31/12/2013								
Custos de Aquisição Diferidos - Seguros	Acidentes	Vida	Vida em	Prestamista	Vida com	Renda de	Total	
	Pessoais	Individual	Grupo	Habitacional e Rural	Cobertura por Sobrevivência	Eventos Aleatórios		Prestamista Demais
Circulante.....	766	-	13.315	50	1	8	17.189	31.329
Não Circulante.....	792	-	9.597	-	-	1	24.739	35.129
	<b>1.558</b>	<b>-</b>	<b>22.912</b>	<b>50</b>	<b>1</b>	<b>9</b>	<b>41.928</b>	<b>66.458</b>

  

31/12/2012								
Custos de Aquisição Diferidos - Seguros	Acidentes	Vida	Vida em	Prestamista	Vida com	Renda de	Total	
	Pessoais	Individual	Grupo	Habitacional e Rural	Cobertura por Sobrevivência	Eventos Aleatórios		Prestamista Demais
Circulante.....	352	1	14.280	112	-	34	7.757	22.536
Não Circulante.....	372	1	10.768	6.266	-	-	-	17.407
	<b>724</b>	<b>2</b>	<b>25.048</b>	<b>6.378</b>	<b>-</b>	<b>34</b>	<b>7.757</b>	<b>39.943</b>

No quadro acima, foram feitas realocações entre ramos em relação a 31 de dezembro de 2012.

As movimentações das provisões técnicas e dos custos de aquisição diferidos estão demonstradas a seguir:

Provisões Técnicas - Seguros	Saldos em	Constituições	Amortizações	Atualização	Saldos em
	31/12/2012			Monetária	31/12/2013
<b>Circulante</b>					
Prêmios não Ganhos [a].....	24.188	25.628	(5.557)	-	44.259
Prêmios não Ganhos - RVNE [a].....	17.154	19.960	(18.450)	-	18.664
Sinistros a Liquidar.....	196.939	213.292	(220.852)	36.183	225.562
Sinistros Ocorridos mas não Avisados.....	275.410	230.795	(284.797)	941	222.349
Benefícios Concedidos.....	813	150	(88)	61	936
Riscos não Expirados [a].....	475	71	(546)	-	-
Riscos não Expirados - RVNE [a].....	-	69	(69)	-	-
Oscilação de Riscos [b].....	718	3	(721)	-	-
Eventos Ocorridos mas não Avisados.....	4.907	8.373	(7.077)	337	6.540
Benefícios a Regularizar.....	2.617	-	-	-	2.617
Provisão Complementar de Prêmios [b].....	7.073	700	(7.773)	-	-
Provisão para Despesas Administrativas.....	672	-	(672)	-	-
Provisão de Despesas Relacionadas.....	667	1.862	(1.316)	(338)	875
Excedente Técnico [d].....	-	39.446	-	-	39.446
Resgates e/ou Outros Valores a Regularizar.....	14.975	128.494	(120.362)	289	23.396
	<b>546.608</b>	<b>668.843</b>	<b>(668.280)</b>	<b>37.473</b>	<b>584.644</b>
<b>Não Circulante</b>					
Prêmios não Ganhos.....	16.988	33.328	(1.640)	-	48.676
Benefícios a Conceder.....	2.330.239	1.141.017	(342.408)	43.001	3.171.849
Benefícios Concedidos.....	6.733	1.112	(943)	505	7.407
Insuficiência de Prêmios [b].....	37	6	(18)	(25)	-
Provisão para Despesas Administrativas [c].....	17	-	(17)	-	-
Provisão de Despesas Relacionadas.....	-	17	-	-	17
Excedente Técnico [d].....	-	2.356	-	-	2.356
	<b>2.354.014</b>	<b>1.177.836</b>	<b>(345.026)</b>	<b>43.481</b>	<b>3.230.305</b>

  

Provisões Técnicas - Seguros	Saldos em	Constituições	Amortizações	Atualização	Saldos em
	31/12/2011			Monetária	31/12/2012
<b>Circulante</b>					
Prêmios não Ganhos.....	15.170	10.604	(1.586)	-	24.188
Prêmios não Ganhos - RVNE.....	11.468	11.857	(6.171)	-	17.154
Sinistros a Liquidar.....	167.791	57.911	(36.916)	8.153	196.939
Sinistros Ocorridos mas não Avisados.....	217.051	117.704	(75.083)	15.738	275.410
Benefícios Concedidos.....	188	616	(39)	48	813
Excedente Financeiro.....	1	-	-	(1)	-
Riscos não Expirados.....	314	294	(133)	-	475
Riscos não Expirados - RVNE.....	-	170	(170)	-	-
Oscilação de Riscos.....	789	163	(234)	-	718
Eventos Ocorridos mas não Avisados.....	1.832	3.169	(279)	185	4.907
Benefícios a Regularizar.....	4.675	3.661	(5.775)	56	2.617
Provisão Complementar de Prêmios.....	8.309	13.954	(15.190)	-	7.073
Provisão para Despesas Administrativas (*) [c].....	234	1.798	(778)	85	1.339
Resgates e/ou Outros Valores a Regularizar.....	15.316	16.166	(17.055)	548	14.975
	<b>443.138</b>	<b>238.067</b>	<b>(159.409)</b>	<b>24.812</b>	<b>546.608</b>
<b>Não Circulante</b>					
Prêmios não Ganhos.....	10.569	8.846	(2.427)	-	16.988
Benefícios a Conceder.....	1.443.600	692.340	(247)	194.546	2.330.239
Benefícios Concedidos.....	1.990	4.922	(602)	423	6.733
Insuficiência de Prêmios.....	26	10	(1)	2	37
Provisão para Despesas Administrativas (*) [c].....	15	3	(1)	-	17
	<b>1.456.200</b>	<b>706.121</b>	<b>(3.278)</b>	<b>194.971</b>	<b>2.354.014</b>

(\*) Provisão para Despesas Relacionadas.

Conforme Circular SUSEP N°462 de 31 de janeiro de 2013:

[a] Os valores desta provisão passaram a compor a Provisão de Prêmios não Ganhos (PPNG) com as devidas adequações;

[b] Os saldos destas provisões foram transferidos para Outras provisões Técnicas (OPT) e revertidos no mesmo exercício;

[c] Os valores desta provisão passaram a compor a Provisão de Despesas Relacionadas (PDR); e

[d] Os valores desta provisão foram compostos pela transferência da rubrica Outros Débitos Operacionais.

Custos de Aquisição Diferidos - Seguros	Saldos em			Saldos em
	31/12/2012	Constituições	Amortizações	
Circulante.....	22.536	10.874	(2.081)	31.329
Não Circulante.....	17.407	17.791	(69)	35.129
	<b>39.943</b>	<b>28.665</b>	<b>(2.150)</b>	<b>66.458</b>

Abaixo, apresentamos o resultado do teste de sensibilidade quando da alteração dos cenários estimados:

Coberturas de Risco:		Efeito Bruto no Resultado e no Patrimônio Líquido			
		31/12/2013		31/12/2012	
VARIÁVEL	Premissas	Bruto de Resseguro	Líquido de Resseguro	Bruto de Resseguro	Líquido de Resseguro
Sinistralidade	Aumento de 3% de Sinistralidade	(5.402)	(5.261)	(7.706)	(7.631)
Sinistralidade	Redução de 3% na Sinistralidade	5.402	5.261	7.706	7.631
Taxa de Desistência	Redução de 10% na taxa de desistência	(2)	(2)	(108)	(108)
Taxa de Desistência	Aumento de 10% na taxa de desistência	2	2	100	100

O desenvolvimento de sinistros a liquidar e benefícios a regularizar, sem as informações de DPVAT no montante de R\$ 35.954, em 31 de dezembro de 2013, está demonstrado a seguir:

	Ano de aviso do sinistro						Total
	2008	2009	2010	2011	2012	2013	
No ano do aviso	146.090	137.276	149.944	295.922	502.561	422.241	1.654.034
1 ano após o aviso	145.182	135.191	151.154	294.749	502.518	-	1.228.794
2 anos após o aviso	152.362	137.664	150.100	294.333	-	-	734.459
3 anos após o aviso	156.170	139.380	155.213	-	-	-	450.763
4 anos após o aviso	158.520	141.869	-	-	-	-	300.389
5 anos após o aviso	159.206	-	-	-	-	-	159.206
Estimativa na data base (2013) [a]	159.206	141.869	155.213	294.333	502.518	422.241	1.675.380
Pagamentos efetuados [b]	153.156	133.120	142.517	280.335	478.677	337.315	1.525.120
Sinistros pendentes [c] = [a] - [b]	6.050	8.749	12.696	13.998	23.841	84.926	150.260
Sinistros Pendentes Fora da Análise	-	-	-	-	-	-	11.844
Valor de Pendência Contabilizado	-	-	-	-	-	-	162.104

Informamos que os valores constantes no quadro de desenvolvimento consideram, além de eventuais reavaliações de estimativa e recusas, a atualização monetária acumulada dos sinistros.

Ressaltamos, ainda, que a Companhia complementa a PSL/PBaR, por meio de ajuste de IBNER, de forma que os valores constituídos representem a melhor estimativa dos valores de sinistro a serem pagos, conforme determina a Circular SUSEP 462/2013.

Apresentamos abaixo, um quadro com a discriminação das provisões judiciais de sinistros:

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
<b>Saldo do Início do Período.....</b>	<b>72.176</b>	<b>67.116</b>
Total Pago no Período.....	(30.666)	(28.548)
Novas constituições no período.....	36.802	33.482
Baixa da provisão por êxito.....	(1.089)	(2.121)
Baixa da provisão por alteração de estimativas ou probabilidades	(15.261)	(10.758)
Alteração da provisão por Atualização Monetária e Juros.....	14.885	13.005
<b>Saldo Final do Período.....</b>	<b>76.847</b>	<b>72.176</b>

#### 14. PROVISÕES TÉCNICAS E CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS –PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

As provisões técnicas de previdência complementar e os custos de aquisição diferidos apresentaram a seguinte movimentação:

<b>Provisões Técnicas - Previdência</b>	<b>Saldos em 31/12/2012</b>	<b>Constituições</b>	<b>Amortizações</b>	<b>Atualização Monetária</b>	<b>Saldos em 31/12/2013</b>
<b>Circulante</b>					
Riscos não Expirados [a].....	70	3	(73)	-	-
Riscos não Expirados - RVNE [a].....	7	8	(15)	-	-
Prêmios não Ganhos [a].....	-	468	(121)	-	347
Prêmios não Ganhos - RVNE [a].....	-	75	(51)	-	24
Oscilação de Riscos [b].....	92	-	(92)	-	-
Benefícios Concedidos.....	8.695	3.947	(2.280)	984	11.346
Benefícios a Regularizar.....	585	2.923	(3.908)	405	5
Sinistro a Liquidar.....	-	1.546	(958)	-	588
Excedente Financeiro.....	33	2	-	(35)	-
Oscilação Financeira [b].....	10	-	(10)	-	-
Eventos Ocorridos mas não Avisados.....	520	316	(96)	-	740
Provisão Complementar de Contribuição [b].....	36	5	(41)	-	-
Resgates e/ou Outros Valores a Regularizar ....	30.077	58.554	(55.665)	799	33.765
Outras Provisões Técnicas [b].....	-	1.527	(1.527)	-	-
	<b>40.125</b>	<b>69.374</b>	<b>(64.837)</b>	<b>2.153</b>	<b>46.815</b>
<b>Não Circulante</b>					
Benefícios a Conceder.....	3.210.471	716.769	(358.150)	31.241	3.600.331
Benefícios Concedidos.....	65.227	6.306	(4.444)	6.708	73.797
Insuficiência de Contribuição [c].....	26.189	5.103	(1.265)	(30.027)	-
Excedente Financeiro.....	7.371	31	(481)	435	7.356
Provisão para Despesas Administrativas [d].....	638	120	(758)	-	-
Provisão de Despesas Relacionadas.....	-	753	(26)	-	727
	<b>3.309.896</b>	<b>729.082</b>	<b>(365.124)</b>	<b>8.357</b>	<b>3.682.211</b>

<b>Provisões Técnicas - Previdência</b>	<b>Saldos em 31/12/2011</b>	<b>Constituições</b>	<b>Amortizações</b>	<b>Atualização Monetária</b>	<b>Saldos em 31/12/2012</b>
<b>Circulante</b>					
Riscos não Expirados.....	64	30	(24)	-	70
Riscos não Expirados - RVNR.....	21	42	(56)	-	7
Oscilação de Riscos.....	147	23	(78)	-	92
Benefícios Concedidos.....	7.433	984	(577)	855	8.695
Benefícios a Regularizar.....	999	1.186	(1.851)	247	581
Excedente Financeiro.....	39	5	-	(11)	33
Oscilação Financeira.....	-	8	(7)	9	10
Eventos Ocorridos mas não Avisados.....	1.266	294	(1.040)	-	520
Provisão Complementar de Contribuição.....	10	54	(36)	-	28
Resgates e/ou Outros Valores a Regularizar.....	28.548	16.630	(16.551)	1.462	30.089
	<b>38.527</b>	<b>19.256</b>	<b>(20.220)</b>	<b>2.562</b>	<b>40.125</b>
<b>Não Circulante</b>					
Benefícios a Conceder.....	2.664.794	250.661	(12.234)	307.250	3.210.471
Benefícios Concedidos.....	55.786	7.554	(4.684)	6.571	65.227
Insuficiência de Contribuição.....	13.808	13.167	(2.370)	1.583	26.188
Excedente Financeiro.....	7.267	59	(384)	429	7.371
Provisão para Despesas Administrativas [d].....	618	118	(97)	-	639
	<b>2.742.273</b>	<b>271.559</b>	<b>(19.769)</b>	<b>315.833</b>	<b>3.309.896</b>

Conforme Circular SUSEP N°462 de 31 de janeiro de 2013:

[a] Os valores desta provisão passaram a compor a Provisão de Prêmios não Ganhos (PPNG) com as devidas adequações;

[b] Os saldos destas provisões foram transferidos para Outras provisões Técnicas (OPT) e revertidos no mesmo exercício;

[c] O saldo da Provisão de Insuficiência de Contribuição (PIC) que excede o valor do TAP de 31 de dezembro de 2012 foi transferido para Outras Provisões Técnicas (OPT). O saldo remanescente registrado na PIC foi revertido em função da abertura da curva de juros, conforme lançamento de atualização monetária;

[d] Os valores desta provisão passaram a compor a Provisão de Despesas Relacionadas (PDR).

<b>Custos de Aquisição Diferidos - Previdência</b>	<b>Saldos em</b>			<b>Saldos em</b>
	<b>31/12/2012</b>	<b>Constituições</b>	<b>Amortizações</b>	<b>31/12/2013</b>
Circulante.....	2.565	388	(105)	2.848
Não Circulante.....	14.992	2.398	(1.413)	15.977
	<b>17.557</b>	<b>2.786</b>	<b>(1.518)</b>	<b>18.825</b>

<b>Custos de Aquisição Diferidos - Previdência</b>	<b>Saldos em</b>			<b>Saldos em</b>
	<b>31/12/2011</b>	<b>Constituições</b>	<b>Amortizações</b>	<b>31/12/2012</b>
Circulante.....	3.728	408	(1.571)	2.565
Não Circulante.....	10.760	4.501	(269)	14.992
	<b>14.488</b>	<b>4.909</b>	<b>(1.840)</b>	<b>17.557</b>

Abaixo, apresentamos o resultado do teste de sensibilidade quando da alteração dos cenários estimados:

<b>Acumulação/Sobrevivência:</b>	<b>Efeito Bruto no Resultado e no Patrimônio Líquido</b>			
	<b>31/12/2013</b>		<b>31/12/2012</b>	
	<b>Bruto de Resseguro</b>	<b>Líquido de Resseguro</b>	<b>Bruto de Resseguro</b>	<b>Líquido de Resseguro</b>
<b>Premissas</b>				
Aumento de 5% na Premissa de Conversão em Renda	-	-	(4.870)	(4.870)
Redução de 5% na Premissão de	-	-	4.235	4.235
Redução de 1% aa na Taxa de Desconto	-	-	(34.981)	(34.981)
Aumento de 1% aa na Taxa de Desconto	-	-	24.857	24.857
Agravo de 10% na taxa de sobrevivência	-	-	(3.379)	(3.379)
Redução de 10% na taxa de sobrevivência	-	-	3.612	3.612
Redução de 10% na taxa de desistência	-	-	(4.138)	(4.138)
Aumento de 10% na taxa de desistência	-	-	3.829	3.829

A Estrutura a Termo das Taxas de Juros – ETTJ, calculada e disponibilizada pela SUSEP, é utilizada para descontar os fluxos de caixa apurados por meio do Teste de Adequação de Passivo – TAP. Tendo em vista a elevação das taxas de juros no exercício de 2013, o valor presente dos referidos fluxos ficou inferior aos valores já constituídos para cobertura das obrigações, não gerando necessidade de ajustes de provisão e/ou constituição da Provisão Complementar de Cobertura – PCC, conforme demonstrado na nota 3.7.1.17. Sendo assim, o valor constituído em 31 de dezembro de 2012 foi revertido em 2013. Adicionalmente, nenhum dos testes de sensibilidade apresentados acima, para 31 de dezembro de 2013, reproduzia impacto no resultado patrimonial líquido a partir do cenário base da taxa de desconto (ETTJ) vigente.

## 15. PROVISÕES TÉCNICAS – CAPITALIZAÇÃO

	Saldos em 31/12/2012	Constituições	Amortizações/ Prescrições	Atualização Monetária	Saldos em 31/12/2013
Provisão Matemática para Resgates [a]	1.122.282	527.577	(1.709.100)	59.241	-
Provisão Matemática para Capitalização [a]	-	1.029.018	(64.448)	4.657	969.227
Provisão para Resgate de Títulos Antecipados	148.329	442.585	(431.184)	297	160.027
Provisão para Resgate de Títulos Vencidos [b]	113.790	349.630	(328.303)	228	135.345
<b>Provisão para Resgates</b>	<b>1.384.401</b>	<b>2.348.810</b>	<b>(2.533.035)</b>	<b>64.423</b>	<b>1.264.599</b>
Provisão para Sorteios a Realizar	93.814	81.740	(83.870)	614	92.298
Provisão de Sorteios a Pagar	41.312	51.607	(50.883)	1.292	43.328
<b>Provisão para Sorteios</b>	<b>135.126</b>	<b>133.347</b>	<b>(134.753)</b>	<b>1.906</b>	<b>135.626</b>
Provisão para Contingências [b]	110.443	96.617	(210.316)	3.256	-
Provisão para Distribuição de Bônus [b]	-	113.700	(5.251)	604	109.053
Provisão para Despesas Administrativas	2.166	490	(475)	-	2.181
<b>Outras Provisões</b>	<b>112.609</b>	<b>210.807</b>	<b>(216.042)</b>	<b>3.860</b>	<b>111.234</b>
<b>Total</b>	<b>1.632.136</b>	<b>2.692.964</b>	<b>(2.883.830)</b>	<b>70.189</b>	<b>1.511.459</b>

	Saldos em 31/12/2011	Constituições	Amortizações/ Prescrições	Atualização Monetária	Saldos em 31/12/2012
Provisão Matemática para Resgates.....	1.167.484	546.375	(663.604)	72.027	1.122.282
Provisão para Resgates de Títulos Antecipados.....	165.926	424.152	(442.247)	498	148.329
Provisão para Resgates de Títulos Vencidos.....	88.078	228.251	(202.826)	287	113.790
<b>Provisão para Resgates</b>	<b>1.421.488</b>	<b>1.198.778</b>	<b>(1.308.677)</b>	<b>72.812</b>	<b>1.384.401</b>
Provisão para Sorteio a Realizar.....	95.418	85.069	(86.886)	213	93.814
Provisão para Sorteio a Pagar.....	31.113	53.459	(44.227)	967	41.312
<b>Provisão para Sorteios</b>	<b>126.531</b>	<b>138.528</b>	<b>(131.113)</b>	<b>1.180</b>	<b>135.126</b>
Provisão para Contingências.....	64.522	66.288	(24.079)	3.712	110.443
Provisão para Despesas Administrativas.....	2.090	534	(458)	-	2.166
<b>Outras Provisões</b>	<b>66.612</b>	<b>66.822</b>	<b>(24.537)</b>	<b>3.712</b>	<b>112.609</b>
<b>Total</b>	<b>1.614.631</b>	<b>1.404.128</b>	<b>(1.464.327)</b>	<b>77.704</b>	<b>1.632.136</b>

[a] Conforme Circular SUSEP nº 462 de 31 de janeiro de 2013, nomenclatura alterada para Provisão Matemática para Capitalização.

[b] Conforme Circular SUSEP nº 462 de 31 de janeiro de 2013, nomenclatura alterada para Provisão para Distribuição de Bônus. A parcela correspondente aos bônus já devidos passaram a compor a Provisão para Resgate de Títulos Vencidos.

## 16. GARANTIA DAS PROVISÕES TÉCNICAS

Os ativos garantidores das provisões técnicas são compostos por:

	<b>31/12/2013</b>	<b>31/12/2013</b>
<b>Provisões Técnicas - Seguros, Previdência e Capitalização....</b>	9.055.434	7.882.779
<b>Exclusão:</b>		
Provisões Técnicas - Resseguros.....	(8.316)	(4.518)
<b>Total a ser Coberto.....</b>	<b>9.047.118</b>	<b>7.878.261</b>
<b>Ativos Vinculados a Cobertura de Reservas</b>		
Ações.....	443.012	438.722
Letras do Tesouro Nacional - LTN.....	1.021.969	399.339
Letras Financeiras do Tesouro - LFT.....	1.305.561	510.635
Notas do Tesouro Nacional - NTN.....	2.594.357	1.064.666
Operações Compromissadas.....	1.141.345	817.992
Letras Financeiras - LF .....	504.518	2.448.145
Certificados de Depósitos Bancários a Prazo - CDB.....	412.835	1.021.703
Debêntures de Distribuição Pública.....	599.357	6.770
Depósito a Prazo com Garantia Especial - DPGE.....	28.127	11.387
Certificado de Recibo Imobiliário - CRI.....	6.282	(322)
Fundos de Investimento de Direitos Creditórios - FIDC.....	123.008	380.460
Fundos de Investimento de Renda Fixa.....	35.143	110.563
Fundos de Investimento Multimercado.....	3.339	47.161
Fundos de Investimento Referenciado - RF.....	178.783	6.805
Fundos de Investimento de Curto Prazo.....	1.100	109.750
Fundos de Investimento de Ações.....	32.438	6.473
Quotas de Fundos de Investimentos - Não Exclusivos.....	616.693	30.640
Outras Aplicações.....	(749)	467.372
<b>Total</b>	<b>9.047.118</b>	<b>7.878.261</b>
<b>Excesso de Ativos Vinculados a Cobertura de Reserva</b>		
Letras Financeiras do Tesouro - LFT.....	4.823	618
Certificados de Depósitos Bancários a Prazo - CDB.....	82	90
Operações Compromissadas.....	1.045	1.866
Notas do Tesouro Nacional - NTN.....	336	-
Depósito a Prazo com Garantia Especial - DPGE.....	11.010	10.110
Letras Financeiras.....	-	16.702
Debêntures de Distribuição Pública.....	4.443	9.714
Certificado de Recibo Imobiliário - CRI.....	10.408	11.477
Quotas de Fundos de Investimentos - Não Exclusivos.....	242.184	513.503
Outras Aplicações.....	(700)	-
<b>Total</b>	<b>273.631</b>	<b>564.080</b>
<b>Ativos Bloqueio Judicial</b>		
Notas do Tesouro Nacional - NTN.....	1.259	2.578
Letras Financeiras do Tesouro.....	-	2.979
Quotas de Fundos de Investimentos - Não Exclusivos.....	3.472	3.484
	<b>4.731</b>	<b>9.041</b>
<b>Total de Aplicações</b>	<b>9.325.480</b>	<b>8.451.382</b>



## 17. PROVISÕES JUDICIAIS, DEPÓSITOS JUDICIAIS E FISCAIS E OBRIGAÇÕES FISCAIS

### 17.1 PROVISÕES JUDICIAIS

A Companhia e suas controladas são parte em processos judiciais que se encontram em diversas instâncias, referentes a causas cíveis originadas, principalmente, por questionamentos quanto aos valores e às recusas técnicas de indenizações de sinistros e benefícios de seguros, a causas trabalhistas e a causas tributárias para questionamento de tributos, conforme demonstrado a seguir:

Causas Cíveis - Relacionadas a Sinistros/Benefícios						
31/12/2013			31/12/2012			
Probabilidade de Perda	Quantidade	Valor Estimado	Valor Provisionado	Quantidade	Valor Estimado	Valor Provisionado
Provável (*).....	744	77.177	76.847	734	72.176	72.176
Possível.....	864	86.757	-	863	72.963	-
Remota.....	229	20.651	-	162	18.980	-
<b>Total</b>	<b>1.837</b>	<b>184.585</b>	<b>76.847</b>	<b>1.759</b>	<b>164.119</b>	<b>72.176</b>

Causas Cíveis - exceto as relacionadas a Sinistros/Benefícios						
31/12/2013			31/12/2012			
Probabilidade de Perda	Quantidade	Valor Estimado	Valor Provisionado	Quantidade	Valor Estimado	Valor Provisionado
Provável (*).....	778	13.545	13.529	767	12.684	12.669
Possível.....	904	62.149	-	717	50.439	-
Remota.....	111	15.152	-	60	12.318	-
<b>Total</b>	<b>1.793</b>	<b>90.846</b>	<b>13.529</b>	<b>1.544</b>	<b>75.441</b>	<b>12.669</b>

Causas Trabalhistas						
31/12/2013			31/12/2012			
Probabilidade de Perda	Quantidade	Valor Estimado	Valor Provisionado	Quantidade	Valor Estimado	Valor Provisionado
Provável.....	29	3.548	3.548	35	4.185	4.185
Possível.....	75	3.381	-	60	3.829	-
Remota.....	22	1.885	-	23	1.568	-
<b>Total</b>	<b>126</b>	<b>8.814</b>	<b>3.548</b>	<b>118</b>	<b>9.582</b>	<b>4.185</b>

Causas Fiscais						
31/12/2013			31/12/2012			
Probabilidade de Perda	Quantidade	Valor Estimado	Valor Provisionado	Quantidade	Valor Estimado	Valor Provisionado
Provável (*).....	8	539	538	7	537	537
Possível.....	124	50.622	-	123	57.592	-
Remota.....	3	1.591	-	3	1.475	-
<b>Total</b>	<b>135</b>	<b>52.752</b>	<b>538</b>	<b>133</b>	<b>59.604</b>	<b>537</b>

\* O valor provisionado das causas cíveis com probabilidade de perda provável difere do valor estimado do risco devido a pagamentos parciais efetuados.

Apresentamos, a seguir, a movimentação da provisão para contingências relativas aos processos judiciais:

	<b>Cíveis</b>	<b>Trabalhistas</b>	<b>Fiscais</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2011.....</b>	<b>80.283</b>	<b>6.157</b>	<b>52</b>
Causas Adicionais.....	12.520	-	-
Causas Baixadas.....	(34.431)	(1.641)	(15)
Causas Ajustadas (*).....	26.473	(331)	500
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2012.....</b>	<b>84.845</b>	<b>4.185</b>	<b>537</b>
Causas Adicionais.....	10.602	-	-
Causas Baixadas.....	(39.125)	(399)	-
Causas Ajustadas (*).....	34.054	(238)	1
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2013.....</b>	<b>90.376</b>	<b>3.548</b>	<b>538</b>

(\*) Movimentação oriunda da mudança de probabilidade de perda e/ou valor estimado e/ou atualização monetária.

## 17.2 OBRIGAÇÕES FISCAIS

As obrigações fiscais, registradas no passivo não circulante na rubrica Outras Contas a Pagar, são compostas como se segue:

	<b>31/12/2013</b>	<b>31/12/2012</b>
CSLL Majorada.....	39.893	35.278
PIS Exigibilidade Suspensa.....	23.427	21.465
COFINS Exigibilidade Suspensa.....	72.463	64.056
Outras Contas a Pagar.....	8.650	5.520
<b>Total Não Circulante</b>	<b>144.433</b>	<b>126.319</b>

Apresentamos, a seguir, um resumo dos principais questionamentos oriundos de obrigações fiscais.

A Companhia e suas controladas, Icatu Capitalização S.A. e Vanguarda Companhia de Seguros Gerais, pleiteiam no mandado de segurança 200551010115038 a utilização do crédito do PIS e da COFINS, pagos nos termos da Lei nº 9.718/98, para quitar, por compensação, qualquer tributo administrado pela Secretaria da Receita Federal e questiona a incidência do PIS e da COFINS, nos termos da Lei nº 9.718/98. A perda avaliada é possível. Os tributos se tornaram exigíveis após o recebimento de avisos de cobrança da Receita Federal do Brasil e da revogação da decisão judicial favorável que suspendia a exigibilidade dos tributos sem depósito. Em consequência, a Companhia e suas controladas efetuaram depósito judicial dos valores vencidos que, atualizados, correspondem a R\$ 75.981 (R\$ 65.831 em 2012). Em 2011 foi necessária a impetração do mandado de segurança 201151010033083 para obtenção da CND – Certidão Negativa de Débitos. O Recurso Especial interposto pela Companhia na ação principal foi inadmitido e está pendente o julgamento do agravo. O Recurso Extraordinário foi sobrestado até que haja o julgamento do paradigma. Matéria em discussão no STF e STJ. A Companhia e suas controladas mantêm a obrigação fiscal no montante de R\$ 83.391 (R\$ 73.758 em 2012), referentes ao PIS e a COFINS, respectivamente, registrada no grupo de contas “Outras contas a pagar”, na rubrica “PIS e COFINS Exigibilidade Suspensa” no passivo não circulante, referente ao PIS e COFINS devido sobre as receitas financeiras.

As ações declaratórias nºs 9500389720, 9500452871, 9500525593 e 9600103615 propostas pela Companhia e suas controladas, Icatu Capitalização S.A. e Vanguarda Companhia de Seguros Gerais, questionam a exigência do PIS, incidente sobre as receitas operacionais brutas auferidas no período de junho de 1994 até julho de 1995, agosto a dezembro de 1995, janeiro de 1996 a junho de 1997 e a partir de março de 1998 inclusive, nos termos do artigo 72, inciso V do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988 (ADCT - CF/88), introduzido pelo artigo 1º da Emenda Constitucional de Reforma nº 1/94 (ECR). Os quatro processos são classificados como de perda provável. Os depósitos judiciais efetuados pela Companhia e suas controladas correspondem ao valor atualizado de R\$7.899 (R\$7.465 em 2012). Matéria em discussão no STF. A Companhia e suas controladas mantém a obrigação fiscal no montante de R\$ 6.216 (R\$5.857 em 2012), registrada no grupo de contas "Outras contas a pagar", na rubrica "PIS Exigibilidade Suspensa" no passivo não circulante.

No mandado de segurança 9800222316 a Companhia e sua controlada Icatu Capitalização S.A., discutem o não pagamento do PIS sobre as receitas brutas operacionais auferidas no período de julho de 1997 em diante (Emenda Constitucional nº 17/97). A classificação é de perda provável. O depósito judicial efetuado pela Companhia e suas controladas corresponde ao valor atualizado de R\$ 7.085 (R\$ 6.847 em 2012). A decisão desfavorável transitou em julgado em 18/12/2012. Ao final do processo de execução de tal decisão será feita a conversão do valor do depósito judicial em renda em favor da União Federal. A Companhia e suas controladas mantêm a obrigação fiscal no montante de R\$ 5.436 (R\$ 5.199 em 2012), registrada no grupo de contas "Outras contas a pagar", na rubrica "PIS Exigibilidade Suspensa" no passivo não circulante.

No mandado de segurança 200851010280294 a Companhia e suas controladas, Icatu Capitalização S.A., Vanguarda Companhia de Seguros Gerais e Companhia Brasileira de Seguros e Previdência, questionam o aumento da alíquota da CSLL, de 9% para 15%, instituída pela Medida Provisória nº 413/2008, convertida na Lei nº 11.727/2008. O mandado de segurança tem a probabilidade de perda possível e recebe depósitos judiciais mensais referentes à diferença das alíquotas. O total de tais depósitos corresponde ao valor atualizado de R\$ 46.330 (R\$ 39.636 em 2012). Processo em segunda instância. A obrigação fiscal que se encontra registrada corresponde à diferença de alíquota (6%) no total de R\$ 39.893 (R\$ 35.278 em 2012) no grupo de contas "Outras Contas a pagar", na rubrica "CSLL Majorada" no passivo não circulante.

No mandado de segurança 200751010008693 a controlada Companhia Brasileira de Seguros e Previdência pleiteia a utilização do crédito do PIS e da COFINS, pagos nos termos da Lei nº 9.718/98, para quitar, por compensação, qualquer tributo administrado pela Secretaria da Receita Federal e questiona a incidência dessas contribuições, nos termos da referida Lei. Não há depósito judicial. Processo em segunda instância. A controlada mantém a obrigação fiscal no montante de R\$847 (R\$707 em 2012), registrada no grupo de contas "Outras contas a pagar", na rubrica "PIS e COFINS Exigibilidade Suspensa" no passivo não circulante.

No mandado de segurança 200551010109154 a Companhia e a controlada Companhia Brasileira de Seguros e Previdência pleiteiam a incidência da CPMF sobre o valor da transferência da quota FIE/FIFE (Fundos de Investimento Especialmente Constituídos e Fundos de Investimento Financeiros Especialmente Constituídos) que integra a transferência da carteira da Canadá Life, adquirida pela Companhia. A classificação é de perda possível. O depósito judicial efetuado pela Companhia corresponde ao valor atualizado de R\$1.223 (R\$1.055 em 2012). A decisão de primeira instância foi desfavorável e a Companhia apresentou recurso. Processo em segunda instância.

### 17.3 DEPÓSITOS JUDICIAIS E FISCAIS

Os depósitos judiciais são compostos como se segue:

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Cíveis.....	15.894	13.087
Trabalhistas.....	2.664	2.075
Fiscais.....	138.891	121.232
Outros.....	173	162
	<u>157.622</u>	<u>136.556</u>

A Companhia apresentava depósitos judiciais relacionados a causas com probabilidade de perda provável conforme demonstramos abaixo:

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Cíveis.....	8.593	8.418
Trabalhistas.....	1.788	1.356
Fiscais.....	15.012	14.387
	<u>25.393</u>	<u>24.161</u>

## 18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### 18.1 Capital Social

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, o capital subscrito e integralizado é representado por 640.969 ações sem valor nominal, sendo 555.644 ações ordinárias e 85.325 ações preferenciais. As ações preferenciais não possuem direito de voto, mas têm direito a dividendo mínimo de 1% incidente sobre o capital social representado pelas ações preferenciais e possuem prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, com base na parcela do preço de emissão destinada à conta capital.

### 18.2 Reservas de Lucros

A reserva legal é constituída ao final do exercício social com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício. Será constituída pela Companhia até que o seu valor atinja 20% do capital social em conformidade com o art. 193 da Lei 6.404/76.

A reserva estatutária é constituída ao final do exercício social por até 100% do lucro líquido do exercício, após as deduções legais e a constituição de reserva legal. A reserva de lucros tem como objetivo o reforço do patrimônio líquido da Companhia e sua constituição está sujeita a deliberação da Assembleia Geral.

### 18.3 Dividendos

De acordo com o Estatuto Social, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos equivalentes a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado conforme legislação societária e estatuto social.

Em 28 de março de 2013, através de Assembleia Geral Ordinária, foram declarados dividendos no valor de R\$ 150.000 da conta de reserva estatutária que foram pagos em 31 de maio de 2013, correspondendo a R\$ 234,02 por ação ON e PN.

A Administração, com base na prerrogativa indicada pelo Estatuto Social, propôs a retenção integral dos lucros do exercício.

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Destinação do Lucro Líquido.....	(101.755)	(115.100)
Constituição de Reserva Legal.....	5.088	8.267
Constituição de Reserva Estatutária.....	52.065	106.833
Aumento de Capital em Aprovação.....	44.602	-

### 18.4 Ajustes de Avaliação Patrimonial

Na rubrica Ajustes de Avaliação Patrimonial, a Companhia considera, conforme legislação vigente, os efeitos decorrentes dos critérios de registro e avaliação dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponíveis para a venda, relativos a títulos próprios e de suas coligadas e controladas, líquidos dos correspondentes efeitos tributários.

## 19. PARTES RELACIONADAS

As principais transações com partes relacionadas são como se segue:

	<u>Contas a Receber (Pagar)</u>	<u>Receitas (Despesas)</u>	<u>Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio a receber</u>	<u>Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Recebidos</u>
Caixa Capitalização S.A.....	-	-	9.316	39.228
Brasilcap Capitalização S.A.....	-	-	5.521	10.836
BMG Seguradora S.A.....	-	-	363	194
Administradores.....	-	(15.509)	-	-
Icatu FMP - Icatu Fundo Multipatrocinado.....	-	(2.339)	-	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>-</b>	<b>(17.848)</b>	<b>15.200</b>	<b>50.258</b>
Caixa Capitalização S.A.....	-	-	9.807	30.811
Brasilcap Capitalização S.A.....	-	-	-	28.620
BMG Seguradora S.A.....	-	-	194	-
Administradores.....	(7.186)	(13.000)	-	-
Icatu FMP - Icatu Fundo Multipatrocinado.....	-	(1.637)	-	-
Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.....	1.762	-	-	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>(5.424)</b>	<b>(14.637)</b>	<b>10.001</b>	<b>59.431</b>

As operações com partes relacionadas referem-se basicamente a:

- As operações com o Icatu FMP – Icatu Fundo Multipatrocinado referem-se a contribuições definidas relativas ao plano de aposentadoria dos funcionários da Companhia, conforme nota 21. As contribuições definidas são liquidadas mensalmente, conforme regulamento do plano registrado na Secretaria de Previdência Complementar;
- As transações com os Administradores da Companhia referem-se aos honorários recebidos e/ou a receber por estes a título de benefícios e remuneração; Na Assembleia Geral Ordinária, é fixado o montante global da remuneração dos Administradores, conforme determina o Estatuto Social, a ser rateado entre seus membros.
- Consórcio DPVAT – As receitas e as respectivas despesas são contabilizadas na proporção do percentual de participação da Companhia no consórcio com base nos relatórios recebidos da Seguradora Líder dos Consórcios do seguro DPVAT S.A.(Seguradora Líder).

## 20. PLANOS DE BENEFÍCIOS DE APOSENTADORIA

As contribuições ao Icatu FMP – Icatu Fundo Multipatrocinado, entidade de previdência complementar fechada, montam a R\$2.339 em 31 de dezembro de 2013 (R\$1.637 em 2012), relativas ao plano de aposentadoria de contribuição definida, parcialmente patrocinado pela Companhia e suas controladas, destinados a proporcionar complementação previdenciária a seus funcionários. Para as contribuições referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, foi utilizado fundo de previdência acumulado.

## 21. PRINCIPAIS RAMOS DE ATUAÇÃO – SEGUROS

Os principais ramos de seguros estão assim compostos:

Ramo	31/12/2013			31/12/2012		
	Prêmios Ganhos	Índice de Sinistralidade	Índice de Comissio-namento	Prêmios Ganhos	Índice de Sinistralidade	Índice de Comissio-namento
Vida em Grupo.....	521.415	45,1%	26,3%	443.567	52,3%	25,9%
Prestamistas.....	171.456	47,2%	8,9%	505.890	57,2%	11,0%
DPVAT.....	115.883	84,2%	1,4%	100.387	84,7%	1,5%
Acidentes Pessoais.....	23.810	16,1%	17,3%	18.354	19,9%	18,7%
Vida Individual.....	34.850	16,6%	15,7%	28.532	24,1%	15,9%
Outros	9.752	28,1%	15,2%	8.804	24,4%	11,6%
<b>Total</b>	<b>877.166</b>	<b>48,6%</b>	<b>18,8%</b>	<b>1.105.534</b>	<b>56,0%</b>	<b>16,4%</b>

## 22. DETALHAMENTO DE CONTAS DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u> <u>Reclassificado</u>
<b>Sinistros Ocorridos</b>	<b>(425.958)</b>	<b>(619.231)</b>
Indenizações Avisadas.....	(394.399)	(500.794)
Indenizações Avisadas de Consórcios e Fundos.....	(74.460)	(66.652)
Varição da Provisão de Sinistros Ocorridos mas não Avisados.....	63.015	(38.353)
Despesas com Sinistros.....	(20.647)	(14.640)
Despesas com Benefícios-Seguro Vida Individual (-)VGBl.....	(4.358)	(3.285)
Recuperação de Sinistros.....	7.566	6.543
Outras Despesas com Sinistros.....	(2.675)	(2.050)
<b>Custos de Aquisição - Seguros</b>	<b>(165.250)</b>	<b>(181.174)</b>
Comissões sobre Prêmio Retido.....	(194.764)	(172.029)
Recuperação de Comissões.....	3.628	1.407
Outras Despesas de Comercialização.....	(629)	(21.174)
Varição Comissões Diferidas.....	26.515	10.622
<b>Outras Receitas e Despesas Operacionais - Seguros e Resseguros</b>	<b>(85.906)</b>	<b>(93.959)</b>
Despesas com Cobrança.....	(6.662)	(5.748)
Provisão para Contingências Cíveis.....	(4.866)	(1.795)
Constituição de Provisão para Riscos de Créditos.....	333	926
Despesas com Administração Apólice.....	(66.133)	(42.916)
Prestação de Serviço Ativo.....	(16.640)	(19.011)
Receitas c/ Operações Seguros.....	4.065	6.149
Despesas c/ Operações Seguros.....	(15.651)	(21.040)
Recuperação Custo Emissão Apólice.....	1.183	3.321
Receita com serviços prestados (controladas).....	7.642	11.765
Receita com títulos aderente.....	12.893	11.246
Lucros Atribuídos.....	(226)	(36.461)
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais.....	(1.844)	(395)
<b>Outras Receitas e Despesas Operacionais - Capitalização</b>	<b>(2.095)</b>	<b>(4.364)</b>
Prescrição de Títulos de Capitalização.....	14.003	1.292
Taxa relativa a Resgates Antecipados.....	9.101	9.972
Prestação de Serviço Ativo.....	(24.249)	(15.706)
Provisão para Contingências Cíveis.....	(935)	159
Outras Receitas (Despesas) Operacionais.....	(15)	(81)
<b>Outras Receitas e Despesas Operacionais - Previdência</b>	<b>(576)</b>	<b>(784)</b>
Despesas de Custeamento de Vendas.....	(348)	(419)
Prestação de Serviço Ativo.....	(50)	(66)
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais.....	(178)	(299)

<b>Custos de Aquisição - Previdência</b>	<b>(12.655)</b>	<b>(9.013)</b>
Despesas de Corretagem.....	(10.895)	(11.067)
Despesas de Agenciamento.....	(1.003)	(234)
Varição de Despesas de Corretagem e Agenciamento.....	1.268	3.069
Outras Despesas de Comercialização.....	(2.025)	(781)
<b>Custos de aquisição - Capitalização</b>	<b>(61.472)</b>	<b>(75.976)</b>
Despesas de Corretagem.....	(57.218)	(60.120)
Despesas de Remuneração Performance Mensal.....	(2.121)	(12.800)
Despesas de Custeamento de Vendas.....	(2.133)	(3.056)
<b>Despesas Administrativas</b>	<b>(276.197)</b>	<b>(271.007)</b>
Pessoal Próprio.....	(127.365)	(111.453)
Reversão (Provisão) para Contingências Trabalhistas.....	(411)	247
Serviços de Terceiros.....	(39.207)	(36.418)
Localização e Funcionamento.....	(61.446)	(60.312)
Publicidade e Propaganda.....	(16.184)	(18.124)
Convênio DPVAT.....	(4.900)	(5.769)
Participação nos resultados.....	(21.517)	(33.923)
Outras Despesas Administrativas.....	(5.167)	(5.255)
<b>Despesas com Tributos</b>	<b>(46.336)</b>	<b>(61.091)</b>
Impostos.....	(3.832)	(4.551)
Provisão para Contingências Fiscais.....	(174)	(280)
COFINS.....	(32.134)	(35.611)
PIS.....	(5.818)	(16.823)
Taxa de Fiscalização.....	(3.942)	(3.602)
Outras Despesas com Tributos.....	(436)	(224)
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>76.410</b>	<b>221.131</b>
<b>Receitas Financeiras</b>	<b>736.954</b>	<b>880.852</b>
Quotas de Fundos de Investimentos - Exclusivos.....	637.647	740.682
Quotas de Fundos de Investimentos - Não Exclusivos.....	49.968	92.556
Títulos de Renda Fixa - Privados.....	6.971	29.280
Títulos de Renda Fixa - Públicos.....	22.796	6.511
Convênio DPVAT.....	8.746	8.469
Outras Receitas Financeiras.....	3.270	3.354
<b>Despesas Financeiras</b>	<b>(660.544)</b>	<b>(659.721)</b>
Atualização Monetária sobre Provisões Técnicas - Previdência.....	(10.510)	(318.395)
Atualização Monetária sobre Provisões Técnicas - Capitalização.....	(70.189)	(77.158)
Atualização Monetária sobre Provisões Técnicas - Seguros.....	(84.957)	(219.783)
Amortização da Provisão Técnica de Excedente Financeiro.....	447	320
Títulos de Renda Variável.....	(479.993)	(42.391)
Títulos de Renda Fixa.....	(5.469)	(432)
Outras Despesas Financeiras.....	(9.873)	(1.882)

### 23. CONTRATOS DE SEGURO (Companhia como segurada)

Para proteção de bens do ativo imobilizado, de imóveis alugados e de responsabilidade civil dos administradores, a Companhia e suas controladas transferem, através da contratação de seguros, os riscos que na eventualidade de ocorrência possam impactar sua atividade.



As informações principais sobre a cobertura de seguros vigente em 31 de dezembro podem ser assim demonstradas:

	Tipo de Cobertura	Valor da Cobertura	
		31/12/2013	31/12/2012
Responsabilidade Civil para Administradores.....	Perdas e Danos	-	20.000
Imóveis alugados.....	Incêndio, raio, explosão, danos elétricos, queda de aeronaves, entre outros.	28.750	47.786
	Danos materiais, dano moral, acidente pessoal por pessoa	-	6.370

## 24. CONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social (CSLL), calculados com base nas alíquotas oficiais vigentes, estão reconciliados com os valores contabilizados como despesas de Imposto de Renda e de Contribuição Social, como se segue:

<b>Resultado antes dos Impostos</b>	<b>136.380</b>	<b>136.380</b>	<b>239.456</b>	<b>239.456</b>
Equivalência Patrimonial	(61.842)	(61.842)	(66.764)	(66.764)
<b>ADIÇÕES</b>	<b>100.884</b>	<b>100.884</b>	<b>183.038</b>	<b>183.038</b>
Adição Permanente	9.370	9.370	3.339	3.339
Doações e Patrocínios Inedutíveis	76	76	-	-
Contingências Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	17.600	17.600	17.367	17.367
Provisão Excedente Técnico	8.625	8.625	54.809	54.809
Outras Provisões	16.064	16.064	22.883	22.883
Participações nos Lucros	21.508	21.508	33.927	33.927
Tributos e Contribuições com Exigibilidade Suspensa	26.830	26.830	50.713	50.713
Operações Swap	811	811	-	-
<b>EXCLUSÕES</b>	<b>(153.712)</b>	<b>(153.446)</b>	<b>(104.277)</b>	<b>(104.277)</b>
Exclusão Permanente	(6.563)	(6.563)	-	-
Contingências Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	(17.368)	(17.368)	(18.808)	(18.808)
Provisão Excedente Técnico	(9.474)	(9.474)	(13.045)	(13.045)
Outras Provisões	(60.545)	(60.545)	(17.752)	(17.752)
Tributos e Contribuições em Quest. Judicial	(26.348)	(26.144)	(33.159)	(33.159)
Participações nos Lucros	(33.414)	(33.352)	(16.731)	(16.731)
Operações Swap	-	-	(4.782)	(4.782)
<b>Resultado Ajustado</b>	<b>21.710</b>	<b>21.976</b>	<b>251.453</b>	<b>251.453</b>
Compensação Prej. Fiscal / Base Negativa	(528)	(528)	(21.591)	(27.227)
<b>Lucro após as Compensações</b>	<b>21.182</b>	<b>21.448</b>	<b>229.862</b>	<b>224.226</b>
Alíquotas Oficiais	15% + 10%	15%	15% + 10%	15%
Despesas com IRPJ/CSLL	(5.604)	(3.447)	(57.904)	(33.665)
Incentivos Fiscais	231	-	1.196	-
Constituição/(Reversão) de Créditos Tributários	(12.579)	(7.783)	12.445	6.347
Provisão para Riscos sobre Créditos	(1.709)	(783)	618	79
Imposto de exercícios anteriores	-	(1.922)	(536)	(305)
Atualização Processo Judicial CSLL	-	(1.029)	-	(2.391)
<b>Despesas com IRPJ/CSLL</b>	<b>(19.661)</b>	<b>(14.964)</b>	<b>(44.181)</b>	<b>(29.935)</b>
Alíquota Efetiva - Resultado Antes dos Impostos	<b>14,42%</b>	<b>10,97%</b>	<b>18,45%</b>	<b>12,50%</b>

## 25. EVENTOS SUBSEQUENTES

### 25.1 Venda de Investimentos

Em 17 de junho de 2013, a Companhia assinou contrato de compra e venda de 17.294.188 ações ON da BMG Seguradora S/A. O contrato previa entre outras coisas, aprovações dos órgãos competentes e após essas aprovações a operação foi fechada com a quitação em 27 de janeiro de 2014, pela Itaú BMG Participações Ltda. (CNPJ nº 18.225.199/0001-11) por conta e ordem dos compradores, mediante o depósito do montante de R\$ 47.071, gerando um lucro na venda do ativo no montante de R\$ 8.202 a ser reconhecido em 2014.

## **25.2 Medida Provisória 627 de 11 de novembro de 2013**

A Administração efetuou uma avaliação inicial das disposições contidas na Medida Provisória 627, de 11 de novembro de 2013 (“MP 627”) e Instrução Normativa 1397, de 16 de setembro de 2013, alterada pela IN 1422 de 19 de dezembro de 2013 (‘IN 1397’).

Embora a MP 627 entre em vigor a partir de 1º de janeiro de 2015, há a possibilidade de opção (de forma irrevogável) pela sua aplicação a partir de 1º de janeiro de 2014. A Administração não tem a intenção de efetuar a opção pela adoção antecipada.

De acordo com as análises da Administração e de seus consultores, não foram identificados impactos relevantes decorrentes da MP 627 e da IN 1397 nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

## **RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA – Exercício findo em 31 de Dezembro de 2013**

### **INTRODUÇÃO**

O Comitê de Auditoria (“o Comitê”) do Grupo Icatu Seguros, formado pela Icatu Seguros S.A. e suas controladas Icatu Capitalização S. A., Companhia Brasileira de Seguros e Previdência e Vanguarda Companhia de Seguros Gerais, foi estabelecido de acordo com as regras emanadas da Superintendência de Seguros Privados (“SUSEP”) e do Conselho Nacional de Seguros Privados (“CNSP”), especialmente a Resolução CNSP no. 118, de 22 de dezembro de 2004.

O Comitê atua como suporte ao Conselho de Administração e, nessa função, tem como principais atribuições avaliar a efetividade do sistema de controles internos das empresas do Grupo, a observância das normas e regimentos internos, a observância das exigências legais e regulamentares, a qualidade e a integridade das demonstrações financeiras e a atuação independente e qualidade dos trabalhos dos auditores independentes e da auditoria interna.

### **ATIVIDADES DO COMITÊ DE AUDITORIA**

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, as principais atividades do Comitê foram:

- a) Reuniões com os principais executivos das áreas de operações, sistemas, controladoria, controles internos, compliance, diretoria de pessoas, ouvidoria e auditoria interna. O Comitê realizou ainda reuniões conjuntas com a Presidência e com o Conselho de Administração, e com os auditores independentes.
- b) Aprovação do planejamento anual e acompanhamento dos trabalhos e dos relatórios da auditoria interna. O Comitê acompanhou também a implantação dos planos de ação propostos pela Administração das empresas para eliminação das deficiências de controles internos identificadas pela auditoria interna e pelos auditores independentes.
- c) Aprovação da contratação dos auditores independentes, avaliação do planejamento de auditoria relativo exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e avaliação do desempenho e da independência desses auditores independentes. O Comitê analisou os relatórios emitidos pelos auditores independentes sobre questões relacionadas a controles internos, sobre o cumprimento de dispositivos legais e registro e divulgação de informações contábeis.
- d) Acompanhamento das atividades executadas pela Administração das empresas relacionadas à avaliação e gerenciamento de riscos, à gestão do sistema de controles internos, ao cumprimento de normas externas e internas e do Código de Ética da Companhia.
- e) Discussão com a Administração das empresas e com os auditores independentes sobre o tratamento das questões contábeis, de controles internos e compliance mais relevantes e sobre a apresentação das demonstrações financeiras. O Comitê recebeu também os Relatórios dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras individuais das empresas do Grupo Icatu Seguros, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, e sobre as demonstrações financeiras consolidadas da Icatu Seguros S. A. e suas controladas, elaboradas de acordo com os pronunciamentos

emitidos pelo International Accounting Standards Board – IASB, na forma homologada pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

No uso de suas atribuições e observando o disposto na Resolução CNSP no. 118/2004 e no seu Regimento Interno, o Comitê expressa o seguinte resultado de seu trabalho:

O sistema de controles internos do Grupo Icatu Seguros está estruturado para propiciar a efetividade de suas operações e dos sistemas que geram os relatórios financeiros, bem como a observância de normas internas e externas. Os trabalhos desenvolvidos pelos auditores independentes e pela auditoria interna atendem aos objetivos a que se destinam. Os trabalhos apresentados pela auditoria interna estão em consonância com o planejamento aprovado pelo Comitê.

O Comitê de Auditoria reuniu-se com os auditores independentes e tomou conhecimento dos relatórios sobre as demonstrações financeiras individuais das empresas do Grupo Icatu Seguros e sobre as demonstrações financeiras consolidadas da Icatu Seguros S. A. e suas controladas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, dando-se por satisfeito com as informações e esclarecimentos prestados.

## **CONCLUSÃO**

Com base no resultado do trabalho desenvolvido diretamente pelo Comitê, bem como fundamentado nas revisões e avaliações acima mencionadas, o Comitê de Auditoria recomenda ao Conselho de Administração a aprovação das demonstrações financeiras individuais auditadas da Icatu Seguros S.A., da Icatu Capitalização S.A., da Companhia Brasileira de Seguros e Previdência e da Vanguarda Companhia de Seguros Gerais, e das demonstrações financeiras consolidadas auditadas da Icatu Seguros S. A. e suas controladas, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 2014.

José M. Matos Nicolau  
Presidente do Comitê

José Rubens Alonso  
Membro do Comitê

John Peter Richard James  
Membro do Comitê

**ICATU SEGUROS S.A.**  
**CNPJ: 42.283.770/0001-39**

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

**Presidente**

Luis Antonio Nabuco de Almeida Braga

**Conselheiros**

Luciano Soares

Marcos Pessoa de Queiroz Falcão

Maria do Carmo Nabuco de Almeida Braga

**DIRETORIA**

**Diretor Presidente**

Maria do Carmo Nabuco de Almeida Braga

**Diretores**

Alexandre Petrone Vilardi

Luciano Snel Corrêa

Márcio Santiago Câmara

Mário José Gonzaga Petrelli

**Contador**

Carlos Alberto dos Santos Corrêa  
CRC-RJ nº 52.009/O-5

**Atuário**

Luciana da Silva Bastos  
MIBA nº 1064